

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
31ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2024/2025

1 **ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2024.** Ao quarto (4º) dia
3 do mês de Setembro do ano de 2024, às 14h, de forma presencial e virtual no
4 Centro Cultural Palácio da Justiça do Amazonas, sito a Av. Eduardo Ribeiro, 901
5 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme ofício de convocação encaminhada
6 por e-mail no dia 3/09/2024, e atingido o quórum mínimo, declarou aberta a 31ª
7 sessão ordinária do conselho estadual de cultura - CONEC. Em virtude das
8 ausências justificadas do presidente e do vice-presidente, e diante dos poderes
9 investidos, como secretário geral, pelo regimento interno deste conselho assumiu
10 a presidência o senhor **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO** conforme
11 determina a Lei nº 5.417 de 17 de Março de 2021. Para auxiliá-lo nos trabalhos
12 foram convocados os conselheiros titulares da cadeira indígena, **LUDIMAR**
13 **KOKAMA** e a representante da cadeira de Teatro **JORDANIA GALDINO**
14 **DAMASCENO** para compor a mesa diretora. **O secretário Interino** informou que
15 estavam presentes, além dos membros da mesa diretora, os conselheiros com
16 direito a voto, conforme lista anexa. Registrou a presença dos convidados e dos
17 membros suplentes deste conselho, que terão direito de se manifestar nos
18 assuntos gerais. Também registrou a presença da Assessoria de Políticas
19 Culturais, as doutoras **ANNE PAIVA** e **LUCIANE ITUASSÚ**. Assim, dando início
20 aos trabalhos desta plenária, voltou a palavra ao secretário geral interino para ler
21 o **EXPEDIENTE**. **O Secretário Geral** informou que foi iniciado o trabalho da
22 comissão especial do plano estadual de cultura. Conforme calendário aprovado
23 na primeira reunião, já foram realizadas duas reuniões: a primeira com cunho
24 instrutivo com detalhamento da metodologia. A segunda reunião foi realizada com
25 a responsabilidade de analisar as propostas para o eixo 1, obedecendo as
26 propostas aprovadas pela nacional. No total foram analisadas 30 propostas e a
27 próxima reunião do eixo agendada para o dia 10 de setembro, com o intuito de
28 finalizar essa fase. O conselheiro Wellington Douglas dos Santos Dias,
29 representante titular da cadeira da UEA enviou o seu pedido de desligamento do
30 CONEC no dia 03/09/2024, às 18h37. Nesse sentido, já foi convocado o suplente,
31 senhor Getúlio Henrique Rocha de Lima para assumir a representatividade. **O**
32 **PRESIDENTE** fez um adendo, informando que Getúlio já havia informado sobre a
33 possibilidade de assumir a cadeira, mas, no momento, não tem condições de fazê-
34 lo. Assim, o presidente solicitou que a administração convocasse o órgão
35 responsável para recompor as cadeiras da UEA, que são tão importantes para o
36 conselho. **O Secretário Geral** deu prosseguimento informando que será realizado
37 o plano de diretrizes e metas (PDM) do Audiovisual. Está em construção e o circula
38 MinC vai percorrer o Brasil para ouvir ativamente a classe. Informou os
39 aniversariantes do mês de agosto: conselheira titular da SEFAZ Cristina Helena e
40 conselheiro suplente da cadeira de literatura Joneuber Reis de Vasconcelos.

41 Informou ainda, os aniversariantes do mês de setembro: conselheira suplentes da
42 SEJUSC Gabriela Leonora Campezatto; conselheiro titular da cadeira de Folclore
43 e Carnaval Elson da Silva Rocha; conselheira suplente da cadeira de audiovisual
44 Ana Lígia Pimentel; e, conselheiro titular da cadeira de circo Vanderley Pinheiro.
45 **O PRESIDENTE** agradeceu ao secretário geral e parabenizou os aniversariantes.
46 Com a ata disponível para aprovação, perguntou se algum titular não havia
47 recebido a minuta para análise (aguardando manifestação). Confirmando que
48 todos haviam recebido, questionou se alguém tinha alguma correção a fazer
49 (aguardando manifestação). Sem manifestações, indagou se poderia considerar
50 a ata aprovada (aguardando manifestação). Não havendo objeções, declarou
51 aprovada a ata da 30ª Sessão Plenária Ordinária e solicitou que a equipe de apoio
52 fizesse a publicação no portal do CONEC. Suspendeu as proposições e passou
53 para a **ORDEM DO DIA**. Perguntou ao senhor secretário o que havia para a ordem
54 do dia. O secretário geral informou que hoje, na pauta, tem: 1. O andamento do
55 Edital de Mestres. 2. Definição da Comissão dos Avaliadores do Edital Mestres dos
56 Saberes. 3. Andamento da PNAB. 4. Ações da PNAB e novo plano de ações com
57 o retroativo dos meses já passados. 5. Status da Amazonas *Film Commission*. 6.
58 Dados sem respostas sobre o Cadastro Estadual de Cultura. 7. Esclarecimentos
59 sobre o cronograma dos editais da PNAB e o envolvimento dos conselheiros. 8.
60 Cronograma de reuniões da Comissão Jurídica. 9. Código de Ética. **O**
61 **PRESIDENTE** agradeceu ao senhor secretário e mencionou que, a pedido da Dra.
62 Anne, seria necessário trocar a ordem dos itens 1 e 2, para que a pauta fosse
63 ajustada para 2 e 1. Ele sugeriu, então, que o andamento do edital Mestres dos
64 Saberes fosse discutido primeiro, seguido pela definição da comissão dos
65 avaliadores do edital Mestres dos Saberes. Além disso, propôs que os itens 2 e 3
66 fossem unificados e discutidos em sequência, antes de passar para o andamento
67 da PNAB. Perguntou se alguém se opunha à nova ordem e, sem objeções,
68 declarou que a pauta seria ajustada conforme a sugestão. Ele então solicitou que
69 se iniciasse a discussão sobre o andamento do edital de Mestres e a definição da
70 comissão de avaliadores do edital Mestres dos Saberes, e pediu para que o
71 conselheiro André Durand iniciasse a sua fala sobre o assunto. **O conselheiro**
72 **André Durand**, fez a seguinte observação, apenas para deixar registrado, todas
73 essas pautas são discutidas com o colegiado, que é composto por diversas
74 mentes pensantes. Gostaria de sugerir, com base no regimento interno deste
75 colegiado, que fossem retirados os itens 4 e 9 da pauta. O item 4, em razão da
76 ausência do titular da cadeira que seria essencial para o diálogo sobre o tema.
77 Proponho que, para tratar desse assunto, seja agendada uma reunião
78 extraordinária com a presença dele e dos representantes da sociedade civil. O
79 item 9 também deveria ser retirado, pois estamos ainda amadurecendo a proposta
80 do código de ética. Além disso, alguns conselheiros estão impedidos de discutir
81 publicamente certas situações adversas, especialmente relacionadas à questão
82 da LPG da PNAB e a alguns municípios. Desde que assumiu este colegiado,
83 sempre afirmou que a sociedade civil precisa de um assessoramento jurídico



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

84 adequado. Isso é crucial para que possamos ter um amparo legal em relação às
85 situações que enfrentamos. Por fim, desde a aprovação do recurso da PNAB,
86 temos ouvido críticas de que nossa decisão sobre a situação do CAUA foi injusta,
87 principalmente em relação ao prédio em questão. Pediu a colaboração do
88 conselheiro Vanderley Pinheiro nessa discussão. Além disso, ressaltou que os
89 nobres conselheiros da sociedade civil do município, que decidiram não direcionar
90 a PNAB para o CAUA, também estão sendo mal interpretados por alguns cabeças
91 pensantes da cultura local. **O PRESIDENTE** informou que vai acatar a sugestão
92 do conselheiro para retirar da pauta as ações da PNAB e o plano de ações com
93 retroativo dos meses já passados. Seria marcada uma reunião extraordinária para
94 tratar desses itens. No entanto, quando a pauta fosse abordada, o presidente
95 solicitou que a Luciane explicasse o motivo do atraso e por que o plano de ação
96 ainda não havia iniciado, para que todos ficassem tranquilos. Ele mencionou que,
97 nesta semana, já haviam resolvido o que estava impedindo o progresso e que
98 começariam a agir em breve, deixando a doutora Luciane para dar as boas
99 notícias. Suspendeu o expediente por 10 minutos, passando a palavra para a
100 doutora Anne para explicar sobre o assunto. Foi decidido que todas as falas
101 seriam concisas e rápidas, com um tempo de 1 minuto e meio para cada um, dado
102 o tamanho da pauta. Portanto, a reunião foi suspensa por 10 minutos para
103 organizar as falas. **Anne Paiva** forneceu as seguintes atualizações sobre o edital
104 de mestres: Ela informou que o edital de mestres foi prorrogado e que realizou um
105 levantamento sobre as inscrições na manhã do dia em questão. As informações
106 foram compartilhadas no grupo do WhatsApp, mas o relatório ainda não está
107 finalizado, uma vez que as inscrições permanecem abertas. Atualmente, há 89
108 inscrições no edital de mestres, sendo 75 inscrições únicas e 14 duplicadas. As
109 inscrições duplicadas ocorrem quando uma pessoa realiza mais de uma inscrição
110 com documentos diferentes; a última inscrição é a que prevalece. Portanto, há 75
111 inscrições efetivas no momento. Das 89 inscrições, 27 são de mulheres e o
112 restante são de homens. Além disso, 47 pessoas solicitaram participar das cotas.
113 Dentre essas, 13 são indígenas, 28 são pardas e 17 são pretas. As categorias de
114 pessoas pardas e pretas incluem pessoas negras, que também têm direito às
115 cotas. O edital previa beneficiar preferencialmente uma pessoa de cada município.
116 Com 61 municípios no estado, até agora foram recebidas inscrições de apenas
117 18 municípios diferentes, a saber: Alvarães, Anori, Autazes, Beruri, Borba,
118 Caruari, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Manicoré, Maués, Nova Olinda do
119 Norte, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Santa Isabel do Rio
120 Negro, São Gabriel da Cachoeira e Tefé. Sugeriu que, se alguém tiver contato com
121 pessoas de outros municípios que ainda não se inscreveram, as motive a
122 participar. Embora existam apenas 60 vagas, é possível que algumas inscrições
123 não atendam aos requisitos mínimos após a análise. Portanto, é importante
124 manter a competitividade alta para preencher todas as vagas disponíveis. **O**
125 **conselheiro Vanderley Pinheiro** questionou se Anne Paiva poderia indicar quais
126 segmentos se apresentaram para pleitear o edital dentro do quantitativo

127 mencionado. **Anne Paiva** respondeu que, como o edital não previa vagas
128 específicas para segmentos, não houve diferenciação entre áreas. Não foram
129 estabelecidas vagas para circo, música ou outros segmentos específicos. **O**
130 **conselheiro Vanderley Pinheiro** observou que, no edital, quem é de música, por
131 exemplo, pode indicar que atua nesse segmento cultural. Da mesma forma,
132 alguém da arte popular pode indicar sua atuação nessa área ou em outro
133 segmento com o qual tenha afinidade. Ele explicou que estava fazendo esse
134 questionamento com o intuito de compreender melhor como os segmentos foram
135 representados nas inscrições. **Anne Paiva** informou que não trouxe o
136 levantamento detalhado naquele momento, mas que poderia fazer a análise e
137 apresentar as informações na próxima semana. Ela afirmou que, dentro de uma
138 semana, conseguiria fornecer esses dados detalhados. Após o término do prazo
139 de inscrições do edital, também seria possível fornecer um relatório completo.
140 Entretanto, quanto aos inscritos até então, ela se comprometeu a trazer as
141 informações na próxima semana. **O conselheiro Dudson Carvalho** solicitou um
142 esclarecimento, mencionando que não se lembrava se havia sido criado algum
143 critério para o manejo caso as vagas destinadas ao interior não fossem
144 preenchidas. Ele questionou se foi deixado claro algum procedimento nesse
145 sentido e indicou que este seria o momento adequado para encaminhar essa
146 questão. Ele também lembrou que foi acertado que pelo menos um mestre seria
147 selecionado para cada município, mas alguns municípios podem não apresentar
148 candidatos. Pediu que o esclarecimento fosse fornecido sobre as regras
149 estabelecidas para essa situação, pois estava confuso sobre o assunto. **Anne**
150 **Paiva** respondeu que o edital inclui as regras de remanejamento de vagas. Ela
151 explicou que o edital segue um padrão que atende a requisitos jurídicos mínimos,
152 e o remanejamento de vagas é um desses critérios. Anne se comprometeu a fazer
153 uma captura de tela da seção relevante do edital e a apresentá-la para os
154 conselheiros. **O conselheiro Dudson Carvalho** observou que, com base nos
155 números, Manaus sempre apresentará um número muito grande de candidatos.
156 Ele questionou como o edital poderia garantir que os municípios do interior
157 também fossem contemplados adequadamente, dada essa desigualdade no
158 número de inscrições. **O PRESIDENTE** esclareceu que, em reunião anterior, foi
159 definido que 70% das vagas deveriam ser preenchidas por candidatos dos
160 municípios do interior. O remanejamento de vagas será feito de forma a garantir
161 que esse quantitativo de 70% seja alcançado. Explicou que o processo de
162 remanejamento continuará a ocorrer entre os municípios do interior até que essa
163 meta de 70% seja atingida. Por exemplo, se Tefé tiver 4 inscrições e uma delas
164 for contemplada, o suplente daquele município será incluído quando ocorrer o
165 remanejamento, até que o número de vagas destinadas aos interiores seja
166 completo. **A conselheira Jordania Galdino** informou ao conselho, durante a
167 elaboração do edital, fez parte da comissão dos Mestres e Saberes. Destacou
168 que, representando também o ex-conselheiro Everaldo, da cadeira de música,
169 conheciam bem a realidade dos mestres e saberes. Quem realmente compreende

170 a situação e o trabalho em relação à representação da sociedade civil e dos
171 artistas são os membros da sociedade civil. Ela ressaltou que, em suas reuniões
172 sobre teatro, foi debatido que há mais mestres e saberes na capital do que no
173 interior, com base em uma busca ativa realizada. Mencionou que a capital conta
174 com grandes mestres, como Ana Mendes e Guto Domingos, e expressou
175 preocupação de que, se não fosse tomada uma ação, a distribuição poderia falhar
176 ao não contemplar adequadamente o interior. Sugeriu que o conselho
177 reconsiderasse a distribuição de vagas, pois, ao analisar a lista, observou que
178 foram alocadas apenas 3 vagas para a capital. Ela defendeu que a distribuição de
179 vagas deve ser revista para garantir que os municípios sejam beneficiados de
180 forma justa. Embora a conselheira tenha questionado a possibilidade de mudar a
181 distribuição para 50% para o interior, foi informada pela doutora Anne que isso não
182 era viável, pois o edital já estava em trâmite. Ela concluiu destacando que, até
183 aquele momento, foram registradas 52 inscrições na capital, englobando áreas
184 como teatro, dança e música, sem uma busca ativa mais eficaz no interior, não
185 seria possível atingir a meta e pediu que o conselho considerasse essa realidade.
186 **Anne Paiva** explicou que o critério de redistribuição das vagas não preenchidas
187 já está previsto no edital. O edital estabelece que há 12 vagas reservadas para
188 pessoas indígenas, 12 para pessoas negras, 31 vagas para o interior e 5 para a
189 capital. De acordo com o edital, para atender às vagas do interior, será
190 contemplado apenas um proponente por cada município do interior do Amazonas.
191 A regra veda a contemplação de mais de um cidadão residente no mesmo
192 município, exceto quando não houver candidatos classificados de outros
193 municípios. Portanto, se houver vagas não preenchidas, elas poderão ser
194 redistribuídas para municípios que já foram contemplados, conforme a
195 necessidade. O segundo ponto sobre a utilização das vagas que ficaram em
196 aberto refere-se ao critério de cotas. Ela explicou que as cotas são respeitadas
197 conforme estabelecido, abrangendo pessoas negras, indígenas e do interior.
198 Assim, as cotas são preenchidas de acordo com as notas dos candidatos, e
199 aqueles que se qualificam para as cotas específicas serão alocados para essas
200 vagas, conforme a disponibilidade. Quando não houver mais candidatos para uma
201 cota específica, por exemplo, pessoas negras, as vagas serão preenchidas por
202 candidatos indígenas. Se também não houver candidatos indígenas, as vagas
203 serão destinadas a pessoas negras. Caso não haja candidatos nem para
204 indígenas nem para negros, as vagas serão alocadas para pessoas do interior.
205 Finalmente, se ainda restarem vagas após o preenchimento das cotas, estas
206 serão destinadas aos candidatos da capital, seguindo o critério de cotas normais,
207 como qualquer concurso público. Acrescentou que, no caso das cotas para
208 pessoas negras, a categoria inclui tanto pretos quanto pardos. A análise será feita
209 através de um processo de heteroidentificação para verificar se o candidato
210 realmente se encaixa nas categorias de preto ou pardo. Assim, os candidatos
211 serão considerados para as cotas conforme essa verificação. Também mencionou
212 que os prints dessa parte do edital foram compartilhados no grupo para referência.

213 **O conselheiro André Durand** comentou sobre a fala da doutora Anne Paiva,
214 levantando algumas preocupações: Ele questionou como motivar os candidatos
215 se o próprio sistema de cadastro parece desmotivá-los. Mencionou que a pauta
216 para discutir o cadastro com os responsáveis ainda está pendente e que uma
217 reunião está aguardando confirmação. Ele destacou que, antes da prorrogação
218 das inscrições do edital, o sistema de cadastro já estava encerrado, o que
219 dificultou o processo. Considerando as preocupações levantadas pela conselheira
220 Jordania e pelo conselheiro Vanderley, seria pertinente revisar o edital para incluir
221 uma flexibilização em relação à idade e aos documentos exigidos. Ele também
222 sugeriu que a administração do cadastro considere a situação dos 62 municípios
223 do Amazonas, que possuem um CEP único e podem não ter comprovantes de
224 residência específicos, e propôs que fossem aceitos documentos alternativos,
225 como comprovantes de vida e residência emitidos por delegacias. Além disso,
226 pediu que fosse considerada a atualização dos documentos de identidade, já que
227 muitos mestres e mestras ainda possuem RGs com apenas três dígitos. **O**
228 **conselheiro Vanderley Pinheiro** comentou sobre a situação do cadastro e a
229 questão dos documentos: Expressou seu respeito pela opinião do conselheiro
230 André Durand e ressaltou a importância de considerar diferentes perspectivas
231 dentro do conselho. Apesar de estar há dois anos envolvido nessa discussão,
232 reconhece o esforço e o atendimento que ele mesmo recebeu das responsáveis
233 pelo cadastro, incluindo a doutora Anne Paiva e a doutora Luciane. Ele afirmou
234 que, no passado, foi atendido de forma positiva quando levantou questões sobre
235 a aceitação de documentos antigos, como o RG. Também defendeu a eficácia do
236 cadastro de cultura, mencionando que sempre foi bem atendido e que os
237 profissionais do cadastro têm colaborado de forma educada e solícita. Ele
238 sublinhou que o cadastro tem funcionado bem e que os conselheiros, como ele,
239 têm recebido suporte necessário para ajudar os artistas e fazedores de cultura.
240 Concluiu destacando que o objetivo comum do conselho é o bem da cultura e de
241 seus participantes. **O PRESIDENTE** mencionou que houve uma falha de
242 protocolo, destacando que o responsável pelo cadastro estadual de cultura, Dean,
243 está presente na reunião. Sugeriu que, em casos onde o processo esteja
244 emperrado ou os pedidos estejam sendo indeferidos, a força tarefa pode incluir os
245 conselheiros para analisar esses casos. Ele se ofereceu para participar dessa
246 força-tarefa, enfatizando que os conselheiros podem fornecer documentos que
247 atestem a contribuição das pessoas envolvidas. Também mencionou a
248 possibilidade de utilizar outras instituições locais, como igrejas, para atestar a
249 contribuição das pessoas, destacando que, embora não houvesse objeção a
250 instituições neopentecostais, seria prioritário considerar segmentos e instituições
251 com histórico de contribuição cultural. Ele concluiu destacando a importância de
252 ajudar os candidatos que enfrentam dificuldades, especialmente aqueles com
253 menos letramento digital, e incentivou a colaboração para garantir que todos
254 tenham a oportunidade de se inscrever adequadamente. **O conselheiro André**
255 **Durand** afirmou que concorda com o presidente e reconheceu o papel importante

256 do Dean Moraes Vieira, destacando que ele é um parceiro valioso. Mencionou que
257 Dean enviou um print com o passo a passo sobre a questão do CEP, orientando
258 como proceder. Ele ressaltou que essas orientações foram passadas para os
259 fazedores de cultura que frequentam os encontros e têm apresentado
260 questionamentos. Sublinhou que, embora o conselheiro Vanderley esteja
261 ativamente envolvido na parte do cadastro, o foco da sua fala é, especialmente,
262 na cultura popular e nas dificuldades enfrentadas nessa área. Ele esclareceu que
263 a intenção ao trazer essas questões para a reunião era informar sobre os
264 problemas que surgiram e destacar a importância do acompanhamento contínuo
265 do Dean e da equipe que opera o cadastro. Propôs que, ao operacionalizar a
266 PNAB no interior, Dean, devido ao seu caráter e sensatez, acompanhe o processo,
267 assim como fez durante o primeiro CONEC itinerante. Ele reforçou o desejo de
268 que ele continue contribuindo para a melhoria do processo e o suporte aos
269 fazedores de cultura. **O PRESIDENTE** solicitou que o grupo acelerasse a
270 discussão, mencionando que já se passaram aproximadamente 40 minutos
271 apenas na primeira pauta da reunião. Ele pediu celeridade para avançar nas
272 demais questões da agenda. **Luciane Ituassú** informou que, para esclarecer, as
273 devolutivas e feedbacks recebidos sobre as dificuldades enfrentadas pelas
274 pessoas são ouvidos e levados em consideração. Ela enfatizou que a equipe está
275 atenta às questões levantadas pelos participantes, como questões de letramento,
276 compreensão do edital e acesso ao sistema, mudanças no edital não são
277 possíveis neste momento. Ela explicou que alterar aspectos como a idade ou
278 documentos durante o processo vigente poderia resultar na anulação do edital e
279 na necessidade de criar um novo. No entanto, essas observações podem ser
280 consideradas para futuros editais. No momento, o foco deve ser em auxiliar os
281 participantes da melhor forma possível para que possam acessar o edital e
282 concluir suas inscrições. **A conselheira Jordania Galdino** sugeriu a necessidade
283 de melhorar a comunicação e a condução das reuniões, enfatizando a importância
284 de ser mais sucinto para avançar nas pautas de forma eficiente, já que a reunião
285 ainda estava na primeira pauta. Ela pediu que a mesa conduza as discussões de
286 maneira mais eficiente para evitar a necessidade de mediação constante. Em
287 seguida, parabenizou o governo do estado pelas recentes ações do "Governo
288 Presente", destacando um evento realizado no bairro da Zona Leste, que contou
289 com uma grande participação dos artistas locais. Ela ressaltou que muitos artistas
290 daquela área realizaram o cadastro estadual durante o evento, conforme
291 informado pelos retornos recebidos. Também mencionou a importância de
292 aproveitar o momento para encontrar soluções, lembrando que a questão do
293 cadastro já está sendo discutida há mais de dois anos. Ela pediu que não se
294 repetissem os mesmos debates e que se buscassem soluções práticas. A
295 conselheira enfatizou a necessidade de envolver entidades e associações, como
296 a FETAN, que tem uma longa história no teatro do estado e que ajudou a cadastrar
297 seus mestres e saberes. Destacou a importância de colaborar com o Dean,
298 presente na reunião, para formar uma força-tarefa que ajude na inscrição dos

299 mestres no cadastro estadual e ressaltou a responsabilidade da sociedade civil
300 em tomar a iniciativa e agir para resolver os problemas, não apenas relatá-los. **O**
301 **conselheiro Ludimar Kokama** solicitou ao presidente, à assessoria e ao
302 representante do cadastro que encaminhem aos conselheiros o modelo de
303 inscrição e o passo a passo detalhado. Ele destacou que, com essas informações,
304 seria possível esclarecer dúvidas junto à classe e agilizar o processo de inscrição.
305 **O PRESIDENTE** mencionou que a melhor forma de distribuir as informações seria
306 exportar os documentos e enviá-los pelo WhatsApp, pois isso facilitaria o acesso
307 em comparação com o site. Ele então indicou que passaria para a pauta seguinte,
308 que é a definição da comissão dos avaliadores do edital para mestres e saberes.
309 **Anne Paiva** explicou que o sistema está configurado para que a decisão sobre as
310 notas dos mestres seja feita em plenária. Ela esclareceu que, conforme decidido
311 na última reunião, os conselheiros iriam decidir juntos. Como o sistema já foi
312 configurado com base nessa decisão, o próximo passo seria marcar uma reunião
313 específica após a finalização das inscrições, onde os conselheiros poderiam
314 analisar e votar. **O PRESIDENTE** mencionou que uma questão recorrente é sobre
315 a remuneração para as avaliações. Ele destacou que essa dúvida tem sido
316 frequentemente levantada e sugeriu que seria importante discutir esse aspecto
317 para esclarecer se haverá remuneração e quais seriam os critérios. **Anne Paiva**
318 informou que não possui informações sobre a remuneração para as avaliações.
319 Ela destacou que este edital é da LPG, e não do edital PNAB, e, portanto, não
320 pode se beneficiar dos 5% de remuneração previstos pelo PNAB. Anne sugeriu
321 que poderia ser verificada uma outra possibilidade de remuneração e ressaltou a
322 importância de esclarecer essa questão. Ela também enfatizou a necessidade de
323 definir uma data para a reunião específica após a finalização das inscrições, para
324 que os conselheiros possam analisar e votar. **O conselheiro Elson Rocha**
325 afirmou que, embora a votação em plenário seja importante, é igualmente
326 essencial que o material seja disponibilizado com antecedência para que os
327 conselheiros possam verificar a autenticidade dos títulos e informações. Ele
328 destacou que, sem essas informações prévias, a votação no plenário seria
329 prejudicada. Ele questionou o formato de envio dos cadastros para avaliação e
330 sugeriu que o processo fosse similar ao da Lei Paulo Gustavo, com uma avaliação
331 individual dos candidatos antes da votação em plenário. Ele acredita que essa
332 abordagem seria mais eficaz e reduziria a complexidade do processo, evitando a
333 necessidade de múltiplos plenários. **O PRESIDENTE** explicou que, seguindo o
334 modelo utilizado na avaliação dos avaliadores da Lei Paulo Gustavo, o material
335 será recebido antecipadamente e dividido entre a comissão de avaliação. Em
336 seguida, será apresentado à plenária para defesa e aprovação em bloco.
337 Agradeceu pela sugestão e assegurou que a metodologia será implementada de
338 forma a ser o mais eficaz possível. Informou também que a documentação será
339 recebida em setembro de 2021, e que os dias 22 e 23 de setembro serão
340 destinados para reuniões e devolutivas sobre a avaliação dos candidatos. Após
341 isso, a pauta 3, sobre o andamento da PNAB, será discutida e a palavra será



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

342 passada para a doutora Luciane. **Luciane Ituassú** mencionou que o tempo
343 necessário para iniciar as ações da PNAB é indeterminado, mas a prioridade
344 continua sendo as ações voltadas para o interior. Apesar de não terem conseguido
345 implementar essas ações anteriormente, a intenção agora é realizar uma busca
346 ativa no momento das instituições. O Cetam, órgão responsável por auxiliar na
347 promoção dessas ações, já assinou o termo e está aguardando a publicação. Na
348 próxima semana, espera iniciar as atividades relacionadas a essas ações e definir
349 os itinerários para alcançar os municípios. Ela preparou uma lista com alguns
350 trajetos e planeja compartilhar com o grupo para discussão, buscando feedback
351 sobre a viabilidade dos municípios a serem incluídos. Também destacou que a
352 estiagem no estado começou dois meses antes do previsto, o que pode afetar a
353 logística dos trajetos planejados, pois alguns lugares que ainda estariam secos
354 agora já estão com o local seco. Explicou que o nível do Rio Negro estava
355 diminuindo a uma taxa de 25 cm por dia, mas agora parece ter estagnado, e não
356 é possível prever como a situação evoluirá. Isso pode afetar alguns municípios,
357 podendo até ser necessário remover alguns da lista de destinos. Ela sugeriu fazer
358 um exercício para revisar os trajetos planejados e decidir se será possível visitar
359 quatro municípios por viagem ou apenas três, com base nas condições atuais.
360 Propôs que esse exercício fosse realizado pelo grupo, possivelmente através de
361 uma discussão no WhatsApp, e ofereceu a possibilidade de uma reunião na terça-
362 feira para finalizar as decisões. Ela também mencionou que as ações do Cetam
363 envolvem processos relacionados ao deslocamento e à hospedagem, e que esses
364 aspectos estão interligados. Ela havia compartilhado com o conselheiro Pedro a
365 descoberta de que o fundo estadual de cultura não estava explicitamente previsto
366 na lei delegada que organiza o estado, o que afeta o processo de contratação e
367 adesão a atas do próprio estado, resultando em procedimentos mais complexos
368 e demorados. Ituassú informou que, por alguma razão, o fundo estadual de cultura
369 não está explicitamente previsto na lei delegada que organiza o estado, apesar
370 de haver uma lei de criação e um arcabouço jurídico que garante sua existência.
371 A ausência de previsão na lei delegada implica a necessidade de seguir um
372 processo mais complexo para a contratação, que inclui a adesão a uma ata do
373 próprio estado. Isso adiciona etapas adicionais e atrasos ao processo. Ela
374 explicou que, embora o processo esteja em andamento, ele exige várias etapas,
375 como estudo técnico preliminar, elaboração de termos de referência, pedidos de
376 adesão, cadastro no sistema, entre outros. Esses procedimentos, apesar da
377 urgência, estão em tramitação e devem ser concluídos em breve. A expectativa é
378 que, na semana seguinte, a tramitação seja finalizada e que as passagens e
379 hospedagens possam ser emitidas para promover as ações. Também mencionou
380 que a ideia é que os editais comecem a ser publicados na semana seguinte, e que
381 a logística será finalizada assim que os grupos de municípios forem definidos.
382 Além disso, ela comentou que o edital para os avaliadores dos editais da PNAB
383 ainda não foi aberto. Reconheceu que a responsabilidade pelo atraso é dela,
384 devido à dificuldade de conciliar outras demandas, mas que a produção desse

385 edital está em andamento e será discutida mais detalhadamente na próxima
386 semana. Mencionou que, apesar de ter sido intimada, na semana seguinte abrirá
387 o edital para os avaliadores e fornecerá detalhes sobre o cronograma para os
388 envolvidos. Ela explicou que, diferentemente do ano passado, quando os
389 avaliadores entravam no sistema para avaliar tudo, este ano pretende fazer um
390 trabalho mais próximo com os conselheiros, planejando uma reunião para avaliar
391 a documentação. Isso se deve ao fato de que, no ano passado, foi necessário
392 descredenciar alguns avaliadores que tinham categorias jurídicas que não era
393 permitida. Ressaltou a importância de auxiliar os conselheiros na diferenciação
394 das categorias e reiterou seu compromisso em conduzir o processo de forma mais
395 próxima. Ela então questionou se havia mais algum ponto a ser discutido sobre
396 as ações do interior ou outros editais, afirmando que já abordou as ações do
397 Cetam e os avaliadores, e estava pronta para avançar para o próximo item da
398 pauta. **Anne Paiva** informou que, em relação aos editais, a previsão de
399 lançamento da PNAB é para a semana que vem. Ela explicou que praticamente
400 todos os editais estão prontos, com exceção de quatro, que ainda precisarão
401 passar por consulta pública. Estes quatro editais são para Pontões, Espaços
402 Culturais, e Pesquisa. Os demais doze editais serão abertos na semana seguinte,
403 após o fechamento da consulta pública para os quatro restantes. O sistema está
404 praticamente pronto e que a equipe está em contato com os trabalhadores do TI
405 para ajustar os detalhes. Ela indicou que a programação atual prevê que os editais
406 sejam finalizados e que as pessoas comecem a receber a partir de 9 de dezembro
407 de 2024, conforme a configuração atual das datas e o período de inscrição. Ainda
408 estão finalizando as datas e o local para o lançamento da PNAB. Embora a
409 informação exata ainda não esteja disponível, o evento de lançamento ocorrerá
410 com certeza na próxima semana, e todos serão convidados. **O conselheiro**
411 **Vanderley Pinheiro** mencionou que, em conversa com o secretário, foi destacada
412 a necessidade de iniciar a busca ativa pela capital devido à estiagem atual. Ele
413 reconheceu a importância de seguir todos os procedimentos de forma organizada,
414 mas ressaltou que já há um atraso de 60 dias no processo. Expressou sua
415 preocupação com a perda de tempo e os impactos nos artistas, enfatizando que
416 a implementação das ações precisa sair do papel e ser colocada em prática o
417 mais rápido possível. **Luciane Ituassú** mencionou que, além das ações na capital,
418 ela acabou esquecendo de incluir o comitê de cultura, que está vinculado ao
419 Ministério da Cultura. O comitê é uma entidade da sociedade civil, e o escritório
420 que representa o Ministério da Cultura também está envolvido. O comitê entrou
421 em contato porque já está realizando algumas atividades na capital e agora lançou
422 um edital para a contratação de agentes multiplicadores. As contratações foram
423 feitas e as atividades estão prestes a começar. Hoje, o comitê enviou um e-mail
424 solicitando uma parceria e pedindo orientação sobre como poderiam ser
425 auxiliados. Eles têm um cronograma que foi compartilhado, e eles vão criar um
426 card de comunicação para ajudar na divulgação. As atividades estão previstas
427 para os seguintes dias: em setembro, 10, 14, 18, 20, 21, 24, 25, 27 e 28; e em

428 outubro, 3, 5, 9 e 12. A proposta é que eles cubram as cinco zonas da cidade de
429 Manaus. Para essa ação, o comitê solicitou que o cadastro enviasse alguém para
430 acompanhar e realizar uma mini busca ativa nas zonas da cidade. A aula inaugural
431 está marcada para o dia 10, no Palacete, no Museu da Imagem e do Som do
432 Amazonas (MISAM). A comunicação oficial sobre isso ainda será feita, pois a
433 resolução ocorreu na manhã de hoje. As datas restantes ainda não têm locais
434 definidos, mas foram sugeridos o Centro Cultural Aníbal Bessa, localizado no
435 Jorge Teixeira, que atende à zona leste, e o *Centro* de Convivência da
436 Família *Padre Pedro Vignola*, na Cidade Nova, que atende à zona norte. As
437 demais zonas e locais serão sugeridos pelo próprio comitê, que já mencionou, por
438 exemplo, o Parque das Tribos e outros espaços que o município vai auxiliar.
439 Luciane acredita que, até segunda-feira, a programação estará fechada, pois ela
440 está aguardando o comitê encaminhar as informações necessárias. A
441 responsabilidade de executar a ação não é dela, apenas de acompanhar o comitê
442 com o cadastro. Ela vê isso como uma devolutiva muito positiva, considerando
443 que é uma forma eficiente de colaboração. O objetivo principal do comitê é realizar
444 apenas oficinas, que incluirão temas como elaboração de portfólio, elaboração de
445 projetos e prestação de contas. Luciane acredita que, ao promover essa parceria
446 com o comitê, será possível alcançar pelo menos a capital. O comitê trará as
447 oficinas, enquanto a equipe dela se encarregará de fornecer os cadastros
448 necessários. Assim, a colaboração permitirá uma cobertura eficaz nas diferentes
449 zonas da cidade. Caso haja interesse em participar dessas ações, é possível
450 fornecer um feedback. Alinhará com o comitê para explorar como essa
451 participação poderia ser integrada. É importante ressaltar que a ação não é uma
452 iniciativa do estado, mas sim do comitê, que solicitou apoio para colaborar de
453 maneira parceira, levando o cadastro e facilitando o acesso ao conhecimento,
454 especialmente nas zonas que não são beneficiadas. **O PRESIDENTE** fez um
455 pedido ao Apolo para que se realizem ações da PNAB e do CONEC, começando
456 por Manaus, com a possibilidade de expandir para o interior se for viável. Ele
457 acredita que é fundamental demonstrar o trabalho do governo federal e realizar
458 buscas e escutas, especialmente nas áreas rurais. A função do comitê é vista
459 como positiva, mas o presidente destaca que a iniciativa ainda é uma ação do
460 governo federal, e que deve ser priorizada a busca ativa e o atendimento nas
461 zonas rurais, como o Parque das Tribos e a Aldeia *Cipriá*, que são focos
462 importantes para a cultura indígena e enfrentam desafios de deslocamento.
463 Entende que o trabalho do comitê e as ações do governo são distintos, mas
464 complementares. Portanto, é importante que o comitê continue com suas
465 atividades enquanto o governo realiza suas próprias ações, buscando regiões que
466 o comitê ainda não cobre. A formação e as oficinas propostas são vistas como
467 valiosas, e a ideia é que ambos os esforços se integrem para atender de forma
468 mais completa às necessidades das diversas zonas, com uma atenção especial
469 para a zona rural da capital. **Luciane Ituassú** acredita que está em contato com
470 André Guimarães do comitê e espera que até segunda ou terça-feira ele finalize



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

471 a programação e a definição das localizações. Assim que o cronograma for
472 compartilhado, eles poderão ajustar suas próprias atividades e considerar outras
473 localidades para atender. Com base na programação do comitê, eles possam
474 realizar atividades de uma a duas vezes por semana, dependendo da
475 disponibilidade. Nesse momento, o foco seria nas oficinas e no esclarecimento
476 sobre a PNAB. A sensibilização para a capital não é uma prioridade agora, pois a
477 questão do CPF não é uma preocupação imediata para o município. Ela acredita
478 que sua equipe tem a expertise necessária para conduzir essas oficinas e
479 esclarecimentos sobre a PNAB, e que a equipe de cadastro pode ser envolvida
480 conforme necessário. Também mencionou que o governo do estado está
481 promovendo edições do "Governo Presente", o que poderia ser uma oportunidade
482 para colaborar e integrar essas ações. **O conselheiro André Durand** expressou
483 sua gratidão à doutora Anne e à doutora Luciane, destacando que ambas têm
484 fornecido devolutivas no PV, mesmo quando está muito cansada. Ele mencionou
485 que, embora às vezes perturbe a doutora Luciane a altas horas da noite, ela
486 sempre responde prontamente, e agradeceu por todo o suporte recebido.
487 Expressou preocupação com a questão do registro do fundo e outras questões
488 relacionadas que discutiu com o presidente e com a doutora Anne, que também
489 abordou a questão da lei delegada. Ele perguntou se a informação sobre os
490 municípios já foi compartilhada com a Defesa Civil do estado ou se os próprios
491 municípios estão sinalizando à Secretaria de Cultura sobre a impossibilidade de
492 chegar a essas localidades. Ele deseja saber se há informações mais concretas
493 sobre quais municípios estão enfrentando dificuldades para receber o apoio
494 necessário. **Luciane Ituassú** informou que o estado do Amazonas está em estado
495 de emergência em seus 62 municípios, conforme decretado. Apesar disso, há
496 municípios que ainda conseguem ser alcançados. Com base nisso, ela está
497 organizando os grupos e ajustando a logística para atender a essas localidades.
498 Dependendo das condições, será possível atender a todos os municípios ou a um
499 número reduzido, como três ou dois. Destacou que a prioridade é para os
500 municípios que ainda não possuem CPF, a fim de mobilizar os gestores
501 municipais. Este foco é particularmente relevante agora, com o Sistema Nacional
502 de Cultura começando a se estruturar tanto no âmbito estadual quanto municipal,
503 incluindo a formação das comissões e a implantação das ações. **O conselheiro**
504 **Dudson Carvalho** compartilhou suas contribuições com base na conversa
505 recente com o presidente do conselho e a secretária Apolo sobre a montagem do
506 trabalho na capital. Ele expressou entusiasmo com a possibilidade de adaptar o
507 trabalho às necessidades locais e enfatizou que toda ajuda é valiosa no
508 planejamento, cursos e treinamentos. Destacou que, com mais de 8 anos de
509 experiência no trabalho com cultura popular e artistas visuais, sua equipe já
510 compreende o que funciona e o que não funciona nas oficinas. Ele expressou
511 frustração com a baixa adesão a algumas oficinas, mencionando que não basta
512 promover eventos apenas pela internet. Para ele, a busca ativa é fundamental, e
513 é necessário ir diretamente até os fazedores de cultura nos bairros e nas áreas

514 periféricas de Manaus. Ele sublinhou que há muitos grupos e indivíduos na cultura
515 popular que ainda não foram alcançados, e que a estratégia deve incluir uma
516 abordagem direta e local para efetivamente atingir esses núcleos. O objetivo é
517 melhorar a participação e o impacto das iniciativas culturais, especialmente
518 durante períodos críticos, como a seca, e garantir que todos os fazedores de
519 cultura, especialmente os que estão à margem, sejam incluídos. Mencionou que,
520 na associação em que está envolvido, ele é frequentemente procurado para
521 assessorar questões que não são de sua responsabilidade. Ele ressaltou que o
522 objetivo é estruturar um trabalho planejado que alcance efetivamente os fazedores
523 de cultura. Para ele, é crucial que o planejamento esteja bem definido com
524 objetivos e metas claras antes de integrar novos esforços. Enfatizou que não é
525 mais viável que o conselho continue sendo procurado para dar suporte sem uma
526 contrapartida adequada. A prioridade deve ser organizar um planejamento que
527 ainda é possível de ser feito, para então considerar a expansão desse trabalho
528 para o interior do estado, se for viável. O foco inicial deve ser em garantir que o
529 trabalho em Manaus esteja sólido e bem estruturado antes de pensar em levar a
530 iniciativa para outras regiões. **Luciane Ituassú** respondeu ao conselheiro Dudson
531 Carvalho, destacando a importância da organização no planejamento das
532 atividades. Ela explicou que a assessoria de políticas culturais não trabalha
533 exclusivamente com o CONEC, mas sim com todo o estado, o que pode ocasionar
534 alguns atrasos nas devolutivas devido à sobrecarga de demandas. Para melhorar
535 a eficiência do processo, Luciane sugeriu que a equipe do conselheiro elabore
536 uma proposta de cronograma. Essa proposta deve incluir detalhes como os
537 pontos da cidade a serem alcançados, datas e horários disponíveis, e tipos de
538 oficinas a serem realizadas. Ter essas informações organizadas ajudará a
539 assessoria a trabalhar de forma mais eficaz e a atender melhor às necessidades
540 específicas da capital. Sugeriu que, para otimizar o planejamento das atividades,
541 seria útil se a equipe do conselheiro elaborasse uma proposta detalhada. Esta
542 proposta deve incluir: **Pontos da cidade** que seria interessante alcançar. **Datas**
543 **e horários disponíveis.** **Tipos de oficinas** que gostariam de realizar. Ela
544 mencionou que, embora tenham feito um rol de oficinas voltado mais para o
545 interior, a capital pode ter necessidades diferentes. Portanto, dependendo da
546 expertise da equipe do conselheiro, pode ser necessário adaptar as oficinas para
547 atender melhor à realidade local. Ter essas informações organizadas em um
548 documento ajudará a melhorar o fluxo do processo e permitirá uma colaboração
549 mais eficaz. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** fez uma contribuição destacando
550 o trabalho do Ministério da Cultura, que está oferecendo suporte técnico,
551 equipamento e estrutura, algo que ainda não está disponível localmente, mas que
552 será futuramente. Ele mencionou que, em relação ao corpo técnico da Secretaria
553 de Estado da Cultura (SEC), há uma sobrecarga significativa de trabalho,
554 especialmente para as coordenadoras doutora Anne e doutora Luciane, que estão
555 enfrentando uma demanda muito alta. Sugeriu que o conselho deve mostrar ao
556 secretário e presidente do conselho a necessidade de encontrar uma solução para

557 aliviar essa carga de trabalho. Ele destacou que, com a grande quantidade de
558 projetos e a elaboração de editais que ainda virão, a situação está muito
559 sobrecarregada. Portanto, é essencial encontrar maneiras de distribuir melhor as
560 tarefas e garantir que a equipe tenha o suporte necessário para lidar com as
561 demandas crescentes. **O conselheiro Elson Rocha** reforçou a importância de
562 distinguir o trabalho do comitê das atividades do conselho. Ele destacou que,
563 apesar de o comitê ter sido lançado no Amazonas e de representar a sociedade
564 civil, não houve uma reunião entre o conselho e o comitê para alinhar atividades
565 ou elaborar um plano conjunto. Elson ressaltou que as atividades do comitê são
566 mais voltadas para divulgação, enquanto o trabalho do conselho deve seguir suas
567 próprias diretrizes e objetivos. Ele sugeriu que, para evitar sobreposição e garantir
568 a eficácia, as ações do conselho devem ser planejadas independentemente, ou
569 seja, através de um cronograma separado do comitê. Ele enfatizou que o comitê
570 não procurou o conselho para colaborar na elaboração de um plano ou
571 cronograma, o que é crucial para garantir que as atividades do conselho sejam
572 realizadas conforme suas necessidades e prioridades. Destacou que o trabalho
573 do comitê e o do conselho são completamente distintos em termos de
574 representação e funções. Embora reconheça a importância das atividades do
575 comitê, ele observou que, apesar de todas as ações que estão sendo realizadas
576 dentro de Manaus, o conselho não foi convidado a participar ou colaborar.
577 Enfatizou que é crucial que o conselho seja incluído nas discussões e
578 planejamento, para garantir uma coordenação eficaz e que as ações do comitê
579 estejam alinhadas com as necessidades e objetivos do conselho. **O PRESIDENTE**
580 informou que tomará providências para convocar o comitê de cultura para uma
581 reunião com os membros do conselho estadual de cultura. Esse encontro tem o
582 objetivo de alinhar atividades e garantir que ambos os grupos possam colaborar
583 de forma coordenada. **A conselheira Lucimar Marques** deu início à sua fala
584 destacando a importância de sua participação na reunião, mesmo com a limitação
585 de estar sem celular. Ela expressou sua honra em participar da reunião ordinária
586 e fez algumas contribuições valiosas. Parabenizou o projeto do Governo Presente
587 e destacou a importância da busca ativa na capital, mencionando que
588 frequentemente havia solicitado que fossem feitas mais ações fora do centro da
589 cidade. Ela elogiou o fato de que agora há um esforço para alcançar mais áreas
590 na capital. Além disso, sugeriu que o conselho também deve se organizar e
591 elaborar um cronograma para as atividades. Ela concordou com a doutora Luciane
592 sobre a importância de criar um plano detalhado e destacou que os membros que
593 residem na capital podem ajudar a desenvolver esse cronograma, contribuindo
594 assim para a eficácia das ações. **O conselheiro Roberto Sá** trouxe à discussão
595 a última reunião em que foi solicitado à Assembleia Legislativa as leis e pedidos
596 relacionados ao governo do estado. Ele mencionou que encontrou a lei de criação
597 do conselho e a lei de nomeação dos conselheiros. Além disso, Roberto
598 mencionou que houve uma convocação do deputado Sinésio Campos para
599 debater uma pauta sobre cultura no dia 17 de setembro. Ele questionou se havia

600 conhecimento sobre o envio dessa convocação da Assembleia Legislativa para a
601 Secretaria de Cultura e se foi feita alguma comunicação oficial a esse respeito.
602 **Anne Paiva** informou que a Secretaria de Cultura está fazendo o levantamento
603 de pontos para participar da reunião convocada pelo deputado Sinésio Campos.
604 No entanto, ela acredita que ainda não foi enviado nenhum documento
605 relacionado ao fundo para essa reunião. **O conselheiro Roberto Sá** questionou
606 se a iniciativa da reunião realmente partiu do deputado Sinésio Campos. Ele
607 mencionou que está revisando os documentos relacionados e tentará se informar
608 melhor sobre a pauta diretamente com o deputado, já que não conseguiu contato
609 com ele no dia. Roberto também expressou dúvidas sobre se o conselho será
610 convocado para divulgar ou participar da reunião. **Anne Paiva** perguntou qual é o
611 assunto específico que está sendo tratado pelo deputado Sinésio Campos. Ela
612 mencionou que tem uma lei federal que regulamenta as profissões na área da
613 cultura. Esta lei, que data de 1997 ou 1998, estabelece normas para várias
614 profissões culturais, mas está desatualizada. O governo federal está interessado
615 em atualizar a legislação, e a Secretaria de Cultura está levantando informações
616 sobre quais profissões específicas do estado do Amazonas poderiam ser
617 sugeridas para inclusão na nova versão da lei. Anne se comprometeu a enviar o
618 expediente sobre o tema para o conselho para que eles possam revisar e
619 contribuir com sugestões. **O PRESIDENTE** abordou a questão do **produtor de**
620 **movimento**, especificamente o **artista de movimento de Parintins**,
621 mencionando que isso se refere ao Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO).
622 Esse cadastro foi um tema de discussão na Conferência Nacional e é essencial
623 para a regulamentação das ocupações culturais. Ele destacou a importância de a
624 assessoria de política cultural fornecer informações e devolutivas adequadas
625 sobre o assunto, dado que ele é relevante para a sociedade civil e o conselho
626 precisa estar informado e envolvido. Também expressou preocupação com o fato
627 de que o convite para a audiência não foi estendido ao Conselho Estadual de
628 Cultura, sugerindo que o conselho deve ser incluído nas discussões e audiências
629 relacionadas, já que está mais próximo da população trabalhadora da cultura. Por
630 fim, enfatizou que, independentemente do convite, o conselho deve estar presente
631 na audiência marcada para o dia 17, para garantir que sua voz seja ouvida e que
632 o cenário cultural seja adequadamente representado. **O conselheiro André**
633 **Durand** complementou a fala do presidente, enfatizando a importância da
634 atualização das categorias profissionais no Cadastro Brasileiro de Ocupações
635 (CBO). Ele mencionou que, na prática, muitos artistas enfrentam dificuldades
636 quando precisam emitir notas fiscais na prefeitura, porque suas profissões, como
637 **dançarino, coreógrafo** ou **ensaísta**, não estão devidamente representadas ou
638 atualizadas no CBO. Essa situação também ocorre com outras profissões, como
639 cabeleireiro, onde a falta de categorias específicas pode gerar problemas na
640 emissão de documentos fiscais e na formalização do trabalho. Reforçou que é
641 essencial que o Conselho Estadual de Cultura esteja envolvido nessas discussões
642 e contribua para a atualização e regulamentação das profissões culturais, dado o

643 papel fundamental do conselho na representação e escuta das demandas da
644 classe artística. Ele também sublinhou a importância de estar presente nas
645 audiências e colaborar com as mudanças necessárias no âmbito nacional. **O**
646 **PRESIDENTE** ressaltou que é importante, inclusive para estar lá no quando. Se
647 houverem os concursos, poderem contratar os produtores, dançarinos, bailarinos,
648 etc. **A conselheira Marly** enfatizou a importância da busca ativa para o interior do
649 estado, destacando que as reuniões sobre os eixos ocorrem toda terça e quinta-
650 feira pela manhã. Ela sugeriu que a busca ativa comece nos municípios e que
651 haja uma cobrança efetiva dos gestores para que os recursos da Lei Paulo
652 Gustavo não sejam devolvidos. Marly ressaltou que há reuniões todas as terças e
653 quintas pela manhã para discutir os eixos e enfatizou que a busca ativa deve
654 iniciar no interior do estado. Ela sublinhou a necessidade de cobrar dos gestores
655 locais para que os recursos disponíveis não sejam devolvidos. Segundo Marly,
656 essa abordagem garantirá que os artistas, que estão sendo prejudicados pela falta
657 de informação e acesso, possam realizar seu trabalho adequadamente. A
658 recomendação é que a busca ativa seja direcionada inicialmente para os
659 municípios e que haja uma pressão contínua sobre os gestores para assegurar
660 que os recursos sejam efetivamente utilizados. **O PRESIDENTE** indicou que
661 haverá uma convocação da ALEAM e do comitê para uma reunião extraordinária
662 focada no planejamento das ações da PNAB. A reunião extraordinária foi marcada
663 para segunda-feira às 10 horas da manhã para discutir exclusivamente o
664 planejamento das ações. Além disso, a proposta é realizar outra reunião
665 extraordinária na sexta-feira, das 14 às 17 horas, para tratar da readequação do
666 plano e discutir o retroativo. A ideia é assegurar que todos estejam alinhados e
667 que as ações sejam eficazes e coordenadas. Ele expressou preocupação com a
668 sua possível ausência na sexta-feira, e a proposta foi confirmada para garantir
669 que todos os pontos necessários sejam abordados. **O conselheiro André Durand**
670 fez uma sugestão para que seja emitida uma carta resultante da reunião de hoje.
671 A carta deve ser endereçada à Secretaria de Estado e Cultura e Economia
672 Criativa, solicitando auxílio para que um conselheiro, juntamente com o
673 presidente, esteja presente no evento Circulamic, no Pará. A ideia é que a
674 Secretaria forneça a estrutura necessária, possivelmente utilizando recursos do
675 Fundo Estadual de Cultura, para garantir o engajamento e a participação do
676 Amazonas no evento. **O conselheiro Wellisson Batista** informou que estará
677 envolvido em um grande projeto durante a Semana da Pátria, de 5 a 8 de
678 setembro, e, portanto, não poderá acompanhar as atividades do conselho nesse
679 período. Ele mencionou que o encontro intermunicipal já contará com a presença
680 confirmada de representantes de 20 municípios. Solicitou que, na sua ausência,
681 sua suplente seja convocada para participar das reuniões e atividades
682 programadas durante esse período. **O PRESIDENTE** solicitou que a suplente do
683 conselheiro Wellisson Batista seja atualizada e convocada para participar das
684 mobilizações e reuniões, especialmente considerando a importância da presença
685 de todos durante esse período. **Anne Paiva** sugeriu que, devido ao planejamento

686 e ao lançamento da PNAB na próxima semana, pode ser mais eficaz agendar a
687 reunião extraordinária para segunda-feira à tarde. Ela expressou preocupações
688 de que a sexta-feira pode estar muito apertada para que todos possam participar,
689 especialmente considerando as ações e compromissos que a equipe terá durante
690 a manhã. **O conselheiro Ludimar Kokama** expressou preocupação com a
691 lentidão do processo e o fato de que, já sendo 16h08, apenas o quarto item da
692 pauta foi abordado. Ele pediu agilidade para que o restante da agenda também
693 seja tratado de forma eficiente. **O PRESIDENTE** sugeriu que, para a reunião
694 extraordinária de segunda-feira, a presença presencial seria preferencial para
695 facilitar a produtividade. Ele mencionou que, se a sala do conselho estiver
696 disponível, a reunião acontecerá lá; caso contrário, será realizada na sala do
697 conselho. Ele também destacou que já avançaram nos itens 3 e 4 da pauta e
698 agora vão prosseguir para os próximos pontos. **O conselheiro André Durand**
699 lembrou que, de acordo com o regimento interno, a pauta 4 deveria ser abordada
700 em outro momento. Ele solicitou que as pautas 4 e 9 fossem tratadas
701 separadamente e que o secretário geral desse continuidade à próxima pauta. Ele
702 também destacou que, conforme solicitado anteriormente, as pautas foram
703 aglutinadas em uma só para otimizar o tempo. **O PRESIDENTE** explicou que o
704 conselheiro está incluído no processo porque, na época em que não havia um
705 sistema do *Amazonas Film Commission*, não existia conselho. Ele destacou a
706 necessidade de revisar a legislação atual e se preparar para reativá-la, idealmente
707 ainda neste ano, para que esteja em vigor no próximo ano. Ele também mencionou
708 a Secretaria de Estado da Cultura deste ano. **Luciane Ituassú** explicou que a
709 Secretaria de Estado da Cultura está em funcionamento desde o início do ano e
710 que atualmente está em processo de reforma administrativa. Ela detalhou que
711 essa reforma envolve a adequação de alguns departamentos e setores. Como
712 parte dessa reforma, foi criada a Assessoria de Políticas Culturais. Uma das
713 propostas em discussão é o retorno e a ativação do departamento da Amazonas
714 Film Commission. No entanto, ela adiantou que essa proposta está sendo
715 discutida desde março deste ano e ainda não foram encontrados meios para
716 implementá-la efetivamente. acrescentou que a ativação do departamento da
717 Amazonas Film Commission é um pedido do secretário, e que estão trabalhando
718 para concretizá-lo. Ela mencionou que, embora não possa fornecer um prazo
719 exato para a implementação, as discussões e deliberações estão em andamento.
720 O objetivo é encontrar a melhor forma de ativar o departamento de maneira eficaz,
721 garantindo que não apenas seja criado, mas que também comece a funcionar de
722 fato. **O PRESIDENTE** agradeceu muito pela consideração e explicou que o pedido
723 atual é uma atualização sobre a legislação, para que possa trazer esclarecimentos
724 à plenária. Isso permitirá que todos estejam preparados para votar a favor quando
725 for necessário. Com isso, essa pauta está encerrada. Em seguida, ele retrocedeu
726 para os assuntos gerais, mencionando a resposta sobre o Cadastro Estadual de
727 Cultura. Relembrou que havia solicitado na 28ª reunião, à doutora Anne, um
728 levantamento segmentado do cadastro para obter um panorama detalhado do

729 Conselho e do Cadastro Estadual de Cultura. O objetivo é entender melhor onde
730 é necessário intensificar a busca ativa. Por exemplo, no setor audiovisual, há
731 cerca de 10.000 profissionais, mas apenas 200 estão cadastrados, o que
732 representa apenas 0,5% do total. Ele destacou que já havia solicitado essa
733 atualização várias vezes e que é importante obter dados estratificados sobre o
734 número de pessoas por segmento, bem como informações sobre etnia (negros,
735 pardos, indígenas, brancos) e identidade de gênero (LGBTQIAPN+). Com esses
736 dados, será possível realizar uma busca ativa mais eficaz. O presidente afirmou
737 que, de forma mais assertiva, reconhece o esforço já realizado em relação ao
738 cadastro, mas também entende a necessidade de alcançar áreas onde o cadastro
739 e o letramento digital ainda não chegaram. Ele ressaltou a importância de levar
740 equipamentos e outros recursos a esses locais para ampliar o alcance. Ele então
741 perguntou se alguém gostaria de comentar sobre o assunto. **Dean Vieira**
742 cumprimentou a todos e forneceu um feedback sobre o cadastro. Informou que,
743 atualmente, há mais de 7.000 inscritos no cadastro, dos quais 5.000 são
744 trabalhadores culturais, enquanto o restante ainda possui pendências a serem
745 resolvidas. Sobre o segmento solicitado, Dean explicou que é possível realizar
746 esse filtro a partir do cadastro de serviços, onde os dados mais recentes são
747 atualizados pelos artistas. Eles estão trabalhando para disponibilizar esse filtro
748 futuramente. Além disso, forneceu as seguintes informações demográficas do
749 cadastro estadual: há 318 pessoas negras, 1.308 pardos, 278 indígenas, 36
750 pessoas transsexuais (sendo 15 homens trans e 21 mulheres trans) e 1 travesti.
751 **O PRESIDENTE** observou que o ideal seria ter dados de pesquisa
752 socioeconômica mais detalhados, como a distribuição por bairros, zonas, sexo,
753 gênero e raça. Destacou que o cadastro inclui uma pergunta sobre se o indivíduo
754 vive plenamente da cultura, e esses dados são importantes para entender o
755 panorama geral e desenvolver estratégias mais eficazes. Ele então abriu a palavra
756 para discussão, pedindo que todos se ponderassem sobre o que seria abordado
757 e enfatizando a importância de manter a calma e a paciência durante a conversa,
758 para evitar cometer erros na análise. **Dean Vieira** solicitou a colaboração dos
759 conselheiros de cultura para ajudar a entrar em contato com os artistas e
760 incentivá-los a atualizar seus cadastros. Ele destacou que aqueles que ainda não
761 possuem cadastro devem procurar a equipe através do canal de atendimento, que
762 inclui WhatsApp e telefone. Garantiu que qualquer dúvida será esclarecida pela
763 equipe. **O PRESIDENTE** pediu para que todos reforçassem a divulgação da
764 atualização do cadastro de cultura. **A conselheira Jordania Galdino** comentou
765 sobre o edital para a comunidade LGBTQIAPN+, expressando seu apoio à causa
766 e destacando seu comprometimento com a defesa dos direitos desse grupo, o
767 qual já apoia há décadas. Ela mencionou que Paulo Holanda e André Durand, que
768 também estão envolvidos com o teatro, são importantes para essa discussão.
769 Ressaltou que houve muitos desafios na captação e no cadastro de artistas dessa
770 comunidade. Ela observou que alguns artistas têm receio de se identificar como
771 parte da comunidade LGBTQIAPN+ ao preencher o cadastro, e que a equipe,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

772 incluindo advogadas, às vezes precisa encorajar esses indivíduos a se
773 registrarem. Ela enfatizou a importância de coletar esses dados para trabalhar de
774 forma mais eficaz dentro do CONEC, entender quantos artistas pertencem a
775 esses gêneros e onde eles estão localizados, tanto na capital quanto no interior.
776 A conselheira destacou que essa busca ativa é crucial para melhorar a
777 representação e o apoio a esses artistas. expressou sua preocupação com a falta
778 de assistência às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ nos recentes editais. Ela
779 mencionou um episódio em que, durante uma conferência estadual, uma pessoa
780 trans questionou como poderia acessar o cadastro, ressaltando a dificuldade em
781 encontrar informações sobre como se registrar. Ela citou o artista Douglas
782 Rodrigues, que se ofereceu para ajudar com o projeto e o cadastro, como um
783 exemplo de apoio que deve ser ampliado. Enfatizou a necessidade de garantir
784 que essas pessoas sejam verdadeiramente assistidas. Ela destacou que, na sua
785 visão, a comunidade LGBTQIAPN+ foi prejudicada em editais recentes, embora
786 tenha observado um cuidado maior no teatro e na dança. Ela mencionou a
787 presença do conselheiro André, que trabalha para garantir que a distribuição das
788 cotas seja adequada, mas observou que outros editais não foram tão cuidadosos
789 com essa categoria. Ela reiterou seu compromisso com essa causa e afirmou que
790 continuará defendendo essa bandeira para garantir que a comunidade
791 LGBTQIAPN+ receba a assistência e o reconhecimento que merece. **O**
792 **conselheiro André Durand** questionou o número de pessoas trans cadastradas.
793 **Dean Vieira** respondeu que há 36 pessoas trans cadastradas, das quais 15 são
794 homens trans e 21 são mulheres trans. **O conselheiro André Durand** então
795 solicitou a palavra, mencionando que gostaria de discutir a questão com o
796 presidente e agradeceu a contribuição da Dean para essa discussão. Destacou a
797 necessidade de obter uma estimativa do cadastro por município. Ele citou o
798 exemplo de Coari, mencionando que seria importante saber quais são os
799 segmentos dos 40 cadastrados na cidade. Também trouxe à tona uma
800 preocupação recente sobre o Festival Amazonas de Dança, onde uma artista trans
801 comentou sobre a presença de representantes que afirmam ser trans, mas cuja
802 atuação pode não refletir genuinamente as experiências e necessidades da
803 comunidade. Ele mencionou que, em reuniões anteriores, havia questionado
804 quem realmente representa os LGBTQIAPN+ e se essas pessoas atuam de fato
805 no campo, em vez de apenas se identificarem como representantes. Ele solicitou
806 ajuda técnica da doutora Anne e da doutora Luciane para lidar com situações em
807 que indivíduos não desejam se declarar como parte da comunidade, e pediu que
808 Dean fornecesse uma sinalização detalhada do cadastro por município. **Anne**
809 **Paiva** comentou que, por vezes, os dados necessários dependem também da
810 sociedade civil. O Dean possui os dados de quem atualizou o cadastro de 5.000
811 pessoas. No entanto, apenas 442 dessas pessoas atualizaram o cadastro. Isso
812 indica que menos de 10% dos inscritos, que possuem a chancela de trabalhadores
813 culturais, realizaram a atualização. Ela destaca a importância de manter o
814 cadastro atualizado para poder concorrer a editais. Além disso, enfatiza que a

815 atualização envolve responder a um conjunto mais amplo de perguntas,
816 especialmente de caráter sociocultural, que não estavam presentes nas versões
817 anteriores do cadastro. Inicialmente, as perguntas eram mais diretas e focadas
818 em necessidades emergenciais, como auxílio emergencial, mas agora o cadastro
819 exige informações mais detalhadas. Explica que a equipe está seguindo uma
820 instrução normativa do governo federal. O **conselheiro André Durand**
821 questionou sobre a situação de uma pessoa que prefere não se declarar. Ela
822 esclarece que ninguém é obrigado a se declarar. Muitas pessoas podem optar por
823 não informar se são negras, indígenas, LGBTQIAPN ou PCD, mas essa escolha
824 significa que não poderão participar das cotas nem receber pontuação adicional.
825 Caso a pessoa escolha informar no cadastro que pertence a algum desses grupos,
826 ela poderá concorrer a pontuações e cotas específicas. Essas declarações são
827 importantes para garantir a participação em diferentes categorias e oportunidades.
828 **O conselheiro Paulo Holanda** enfatiza a importância do retorno da sociedade
829 civil no cadastro. Ele cita o recente incidente no Teatro Amazonas, que ganhou
830 destaque nas mídias sociais, envolvendo uma artista trans. Holanda argumenta
831 que situações como essa poderiam ser evitadas se houvesse um cadastro
832 atualizado de profissionais da cultura. Com um cadastro adequado, seria possível
833 identificar e contratar artistas específicos, como uma pessoa trans, diretamente a
834 partir das informações disponíveis no conselho. Ele destaca a necessidade de
835 ampliar a divulgação do cadastro, observando que atualmente o retorno é abaixo
836 de 10%. Holanda também faz uma autocrítica, mencionando que recebeu uma
837 mensagem no WhatsApp informando que seu portfólio estava desatualizado, o
838 que o levou a perceber a importância de manter as informações atualizadas. Ele
839 conclui que é crucial promover uma maior divulgação do cadastro entre as classes
840 artísticas e categorias para garantir uma participação mais ampla. Ressalta a
841 importância das perguntas feitas no cadastro, enfatizando que não é obrigatório
842 para ninguém se identificar ou "sair do armário" para concorrer a cotas. A decisão
843 de se autodeclarar é pessoal e voluntária. Ele observa que, por exemplo, há
844 pessoas indígenas que preferem não se declarar como tal, o que implica que não
845 poderão concorrer às cotas destinadas a esse grupo. Também destaca que a
846 missão vai além, mencionando que o edital para LGBTQIAPN+ foi designado com
847 100% das vagas para pessoas trans. Portanto, é essencial que as informações
848 sejam fornecidas de forma precisa para garantir que as cotas sejam alocadas
849 corretamente. Reforça a necessidade de alcançar as pessoas trans para garantir
850 que possam participar do processo de concorrência. Sem uma participação
851 adequada desse grupo, a concorrência será limitada. Ele destaca a importância
852 de divulgar amplamente o cadastro e enfatiza que é essencial atingir os espaços
853 culturais e comunidades onde essas pessoas estão ativas. A necessidade de um
854 cadastro atualizado é crucial para garantir que todos os grupos tenham a
855 oportunidade de competir de forma justa e equitativa. **O conselheiro Vanderley**
856 **Pinheiro** comenta sobre o edital LGBTQIAPN+, ressaltando que ele deve
857 abranger todas as siglas e letras da sigla, e não se limitar apenas às pessoas

858 trans. Ele sugere que o conselho revise a situação para evitar possíveis erros
859 graves, uma vez que um edital exclusivo para pessoas trans pode excluir outros
860 grupos representados na sigla LGBTQIAPN+. Pinheiro enfatiza que o conselho
861 deve corrigir possíveis falhas e assegurar que todas as partes da comunidade
862 sejam adequadamente contempladas. Ele reforça que sua intenção é apoiar a
863 acessibilidade e que o governo federal já reconhece a necessidade de acesso
864 universal, mas observa que um edital específico para pessoas trans será um caso
865 inédito no Brasil. **O conselheiro Ludimar Kokama** expressa sua preocupação
866 sobre a questão do edital específico para pessoas trans, mencionando que, em
867 discussões anteriores, ele já havia destacado a necessidade de considerar todas
868 as partes da sigla LGBTQIAPN+. Ele observa que a premissa de lançar um edital
869 exclusivo para trans pode levar a demandas futuras por editais separados para
870 outros grupos dentro da sigla. Também faz uma analogia com a situação dos
871 povos indígenas em Manaus, onde existem 64 povos diferentes, e argumenta que,
872 se adotasse a mesma abordagem de editais separados, seria necessário abrir 66
873 editais distintos. Ele sugere que é importante refletir sobre a distribuição de
874 recursos e a criação de editais de forma que abranja todas as necessidades sem
875 criar fragmentações desnecessárias. Continua sua argumentação, mencionando
876 que a abordagem utilizada para o povo negro, que incluiu diversas manifestações
877 culturais como hip hop e capoeira em um único edital, deveria ser considerada ao
878 se lidar com outros grupos. Ele destaca que o ex-conselheiro Everaldo havia
879 compartilhado recentemente a mesma preocupação sobre a necessidade de
880 editais específicos, que ele havia levantado há dois meses. Kokama adverte que,
881 se a situação não for bem gerida, no próximo ano ele solicitará editais separados
882 para cada povo indígena do estado do Amazonas. **Anne Paiva** aborda a questão
883 da legalidade e das decisões tomadas durante a plenária realizada na sexta-feira.
884 Ela lembra que muitos dos presentes participaram tanto presencialmente quanto
885 por vídeo e que as decisões da plenária foram debatidas e votadas. Enfatiza que
886 as decisões tomadas em uma audiência pública ou plenária, composta por
887 representantes de todas as classes da cultura e economia criativa, devem ser
888 consideradas. A questão levantada é se essas decisões serão mantidas ou não.
889 Ela ressalta que o papel do conselho é tomar decisões que representem a
890 sociedade civil. Em resposta ao **conselheiro Vanderley Pinheiro**, que mencionou
891 a necessidade de corrigir possíveis erros, Anne questiona especificamente qual
892 erro foi cometido. **O conselheiro Vanderley** aponta que a criação de um edital
893 exclusivo para pessoas trans, em vez de um edital que abranja todas as vertentes
894 da sigla LGBTQIA+, pode ser um erro significativo. **Anne Paiva** afirma que, ao
895 lidar com questões de minorias, é essencial considerar a igualdade não como um
896 conceito rígido, mas adaptável às particularidades de cada grupo. Ela menciona
897 que a igualdade deve ser aplicada com sensibilidade às necessidades específicas
898 de cada grupo, como evidenciado em diretrizes internacionais e práticas de outros
899 estados e países. Ela conclui destacando que, se houver vontade de alterar o
900 edital decidido em plenária, o conselho fornecerá um parecer jurídico sobre a

901 questão, mas enfatiza a importância de aplicar o direito à igualdade de forma justa
902 e adequada, levando em conta a opinião da sociedade. **O conselheiro Paulo**
903 **Holanda** apontou que algumas questões precisam ser abordadas e esclarecidas.
904 Ele começou mencionando uma ideia discutida anteriormente por Anne,
905 destacando a diferença entre igualdade e equidade. Segundo ele, para alcançar
906 a igualdade, muitas vezes é necessário aplicar a equidade. Holanda explicou que
907 a reunião e a assembleia aconteceram para abordar a necessidade de um edital
908 exclusivo para pessoas trans, evidenciada pela compreensão de que essas
909 pessoas são as mais invisibilizadas dentro da vasta sigla LGBTQIAPN+, conforme
910 indicam pesquisas e dados. Ele também abordou o conceito de passabilidade,
911 destacando que, no contexto das pessoas trans, a falta de passabilidade pode
912 levar a dificuldades significativas na inserção no mercado de trabalho e na
913 sociedade em geral. O conselheiro Paulo Holanda esclareceu que ele próprio
914 possui passabilidade, sendo um gay cis que se mantém na posição de homem,
915 mas com uma aparência afeminada. Ele explicou que, apesar de estar confortável
916 com essa identidade — como usar uma camisa de futebol sem problemas —, uma
917 pessoa trans frequentemente não tem essa mesma passabilidade no mercado de
918 trabalho, o que pode causar dificuldades tanto no setor formal quanto no informal.
919 Ele ressaltou que isso é um conceito sociológico e antropológico, e não uma ideia
920 inventada. Holanda destacou a importância de compreender a área do colega
921 antes de emitir opiniões sobre ela. Ele enfatizou que, ao discutir um assunto, deve-
922 se reconhecer e respeitar as necessidades e demandas apresentadas. Afirmou
923 que a criação do edital exclusivo para pessoas trans é um reflexo da necessidade
924 identificada pela comunidade, e não uma decisão arbitrária. Embora ele tenha
925 pessoalmente votado contra a proposta em sua plenária, reconheceu a
926 importância de atender às demandas levantadas pela comunidade envolvida.
927 Mencionou que, durante a votação, ele apoiou uma proposta que destinava 75%
928 dos recursos para pessoas trans e 25% para o restante da categoria. Embora ele
929 tenha votado de forma diferente, ele reconhece que as pessoas que estão
930 envolvidas no debate desde o início e lutando por essas questões são,
931 principalmente, as mulheres trans. Holanda expressou que considera desonroso
932 para o conselho não respeitar a autonomia e o voto das pessoas que estiveram
933 presentes e cujas vidas estão diretamente envolvidas na discussão. **O**
934 **conselheiro Dudson Carvalho** fez uma pergunta direta sobre a pauta em
935 discussão, questionando se realmente está sendo criado um edital exclusivo para
936 pessoas trans. Ele pediu confirmação sobre o valor disponibilizado, mencionando
937 que acredita que o edital prevê um total de cerca de R\$1.350.000,00. Carvalho
938 então perguntou se, após a premiação dos projetos trans, qualquer saldo restante
939 seria destinado a outras categorias, uma vez que o edital é específico para
940 pessoas trans. **Anne Paiva** esclareceu que o que está acontecendo agora com
941 os editais da LPG é semelhante ao que ocorreu anteriormente. Ela aponta que,
942 assim como recursos da LPG que sobrou foi feito o edital para mestres, a situação
943 será a mesma desta vez. Então, concluiu que será a mesma coisa. **O conselheiro**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

944 **Dudson Carvalho** esclareceu que, atualmente, há 15 pessoas que se declaram
945 como homens trans e 21 mulheres trans. Ele confirma que esses números estão
946 atualizados. O ponto principal é que, se não houver projetos suficientes para cobrir
947 o valor de 1.000.350, o recurso será dividido entre as outras cadeiras. Ele ressalta
948 que, como não houve a presença de alguns colegas na oitiva e a discussão se
949 baseia no que foi decidido pela sociedade civil, concorda com a decisão. também
950 enfatizou que a decisão não partiu do conselho, mas das próprias classes, e que
951 ela pode ser revista em outra data se essas partes se apresentarem para opinar
952 e votar no pleno. **A conselheira Jordania Galdino** expressa sua discordância em
953 relação à proposta mencionada por Dudson. Ela afirma que não é a favor da ideia
954 de dividir o dinheiro restante entre as cadeiras. Em vez disso, ela sugere que a
955 abordagem deveria ser semelhante ao que foi feito com o edital Mestres e
956 Saberes, onde o dinheiro não utilizado foi mantido no caixa e, posteriormente,
957 decidiu-se em plenária a criação de um novo edital. Destaca que a sua posição é
958 contrária à divisão do dinheiro excedente entre as cadeiras. **O PRESIDENTE**
959 afirma que novos editais serão convocados para o segmento LGBTQIAPN+. Ele
960 pede que a conversa se concentre no que está sendo discutido e ressalta que
961 parece haver uma falha na comunicação que não está sendo bem compreendida.
962 Lembrou que a audiência do dia 30 foi convocada com 72 horas de antecedência,
963 após seminários e escutas setoriais, e que as minutas dos editais foram
964 publicadas para feedback. Ele expressa sua preocupação de que as falas de
965 alguns conselheiros estejam sendo valorizadas mais do que as de outros, o que
966 lhe causa desconforto. Além disso, ele aponta que apenas seis pessoas estiveram
967 presentes na audiência do dia 30, e que muitas questões levantadas em escutas
968 anteriores foram deixadas para resolver nesse encontro final. Destacou a
969 necessidade de refletir sobre a questão da passabilidade e a invisibilidade de
970 alguns grupos dentro da comunidade, como lésbicas e pessoas não passáveis.
971 Ele sugere que a divisão dos recursos exclusivamente para trans pode gerar
972 conflitos internos e problemas maiores no futuro, além de limitar a coleta de dados
973 importantes sobre as necessidades da comunidade. Para melhorar a
974 comunicação e a participação, ele solicita que se reforcem os esforços de
975 divulgação, incluindo o envio de vídeos e informações via WhatsApp e redes
976 sociais. Ele também menciona a falta de um convite específico para ele, mas pede
977 que os materiais de comunicação sejam compartilhados amplamente para garantir
978 que todos os interessados estejam informados e engajados. **O conselheiro**
979 **André Durand** compartilha suas preocupações sobre a proposta atual, apoiando
980 a fala do Paulo e de outros conselheiros. Ele expressa a preocupação de que um
981 edital 100% direcionado à comunidade trans possa criar problemas futuros,
982 mencionando que uma divisão de 50% do recurso para a comunidade trans já
983 seria adequada e abordaria as questões de representatividade sem gerar conflitos
984 adicionais. Concorda com o conselheiro Ludimar Kokama sobre a necessidade de
985 rever a abordagem, sugerindo que, se continuar o formato atual, seria necessário
986 criar editais específicos para cada etnia, o que complicaria ainda mais o processo.

987 Ele alerta que os conselheiros devem estar cientes de que não cometeram esse
988 erro e que precisam se proteger de possíveis induções a decisões inadequadas.
989 Ele propõe uma nova discussão com a presença de mais pessoas do segmento
990 para obter uma visão mais completa e equilibrada. Além disso, pergunta às
991 advogadas da assessoria de políticas culturais sobre como alcançar e catalogar
992 artistas que atuam em espaços não convencionais, como boates e eventos
993 noturnos, para garantir que essas iniciativas também sejam consideradas no
994 processo. **O PRESIDENTE** faz um esclarecimento sobre o cronograma dos editais
995 da PNAB e a participação dos conselheiros. Ele informa que muitos dos pontos já
996 discutidos serão abordados em uma reunião extraordinária, que será realizada na
997 segunda-feira, das 14h às 17h. Nessa reunião, será feito um plano de ação
998 revisado. Os pontos 4 e 7 estão removidos da pauta regular e serão discutidos na
999 reunião extraordinária. O ponto 8, que trata do cronograma de reuniões da
1000 comissão legislativa, também será abordado. Explicou que a comissão legislativa
1001 foi instituída, mas ainda não realizou reuniões, e busca sugestões sobre a
1002 frequência das reuniões (mensalmente ou quinzenalmente) e o tempo destinado
1003 a cada uma. Ele destacou a importância de definir um cronograma para a
1004 comissão, especialmente considerando que, após o período legislativo, a
1005 comissão poderá atuar com mais efetividade. Também corrigiu um erro na pauta,
1006 mencionando que a comissão é legislativa e não jurídica, e solicita sugestões
1007 sobre como organizar e conduzir o trabalho da comissão. **O conselheiro Ludimar**
1008 **Kokama** informou que fez uma sugestão na primeira reunião ordinária, a segunda
1009 após a posse, para criar uma comissão com o objetivo de acelerar o trabalho. Ele
1010 destacou que há três leis que precisam ser analisadas dentro da estrutura do
1011 Conec: a lei de criação do Conec, o regimento interno e a lei do fundo, que
1012 atualmente cria obstáculos burocráticos para o trabalho dos conselheiros.
1013 Enfatizou a importância de se debruçar sobre essas leis para evitar que o conselho
1014 continue enfrentando as mesmas dificuldades nos próximos dois anos. Ele alertou
1015 que, se as leis não forem desburocratizadas e ajustadas, o conselho permanecerá
1016 estagnado e não conseguirá avançar em sua estrutura e funcionamento. Ele
1017 reforçou que espera que os membros da comissão se dediquem ao trabalho e que
1018 as leis necessárias sejam estudadas e alteradas, para que o conselho possa
1019 avançar efetivamente e não fique preso a questões burocráticas. **Luciane Ituassú**
1020 fez um pedido de desculpas por desviar um pouco do tema. Ela menciona que,
1021 conforme solicitado, está providenciando os vídeos sobre o cadastro para que
1022 possam ser compartilhados e publicados. Ela está em contato com a equipe de
1023 comunicação para preparar esses vídeos e está aberta a criar novos vídeos se os
1024 conselheiros desejarem, o que considera uma excelente ideia. Também destacou
1025 que a comunicação e a divulgação têm sido discutidas várias vezes, tanto informal
1026 quanto formalmente, nas reuniões. Ela informa que ainda não houve providências
1027 quanto ao acesso à rede Conec, o que tem dificultado a colaboração e a
1028 viabilização de ações de comunicação. Ela observou que houve problemas com
1029 a aceitação de colaborações durante o período do cadastro e pede que sejam



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1030 alinhadas providências para garantir o fornecimento adequado das informações e
1031 o uso das redes sociais para promover a divulgação. Ela conclui mencionando
1032 que, na última gestão, as redes sociais da Secretaria tiveram um aumento
1033 significativo em termos de visibilidade e engajamento. **Anne Paiva** explica que,
1034 quando a Secretaria faz uma postagem solicitando colaboração do Conec e a
1035 conta do Conec não aceita as menções no Instagram, isso reduz a visibilidade da
1036 publicação. Ela enfatiza a importância de aceitar essas notificações para garantir
1037 que as postagens da Secretaria alcancem um público mais amplo. Anne pede que
1038 todos verifiquem e aceitem essas solicitações de menção para melhorar a eficácia
1039 da comunicação e a visibilidade das publicações relacionadas ao Conec. Disse
1040 que o conselheiro informou que a equipe de comunicação está ciente e que ficará
1041 responsável por monitorar as solicitações de colaboração e menções. Ele garante
1042 que, quando houver solicitações, a equipe de comunicação aceitará. **O**
1043 **PRESIDENTE** sugere a marcação de uma reunião para a comissão legislativa e
1044 pergunta se é possível agendar uma na próxima semana ou se seria melhor deixar
1045 para a semana seguinte. Ele solicita que seja aberto um calendário para facilitar
1046 o agendamento. Além disso, o presidente gostaria de convocar, em caráter
1047 excepcional, o Everaldo Barbosa, que é bacharel em direito, para participar da
1048 reunião. Explicou que o objetivo de convocar o Everaldo Barbosa é para que ele
1049 esteja presente na reunião e possa colaborar com as discussões sobre as
1050 mudanças necessárias. Ele menciona que Everaldo participou da reunião de
1051 terça-feira e sugere que o convite para a reunião da comissão legislativa seja feito
1052 para o dia 18. **Symone Farias** lê a lista dos membros da comissão, que foi
1053 formada na reunião de julho, com participantes que se manifestaram
1054 voluntariamente. Os membros são: Pedro Henrique Secatti Cacheado, Álvaro
1055 Serrão, Dudson Carvalho, Lucimar Bezerra, Ludimar Kokama, Mike, José Marcos,
1056 André Durand, Wellisson Brito. Symone informou que, se alguém desejar integrar
1057 a comissão, deve se manifestar para que a portaria possa ser ajustada por meio
1058 de uma errata. **O PRESIDENTE** informa que fez um convite ao Beto, que é da
1059 ALEAM, para ajudar com questões internas. Beto aceitou prontamente o convite,
1060 e o presidente pede que a palavra seja passada a ele. Além disso, o presidente
1061 reconhece que foi uma falha não ter comunicado a inclusão de Beto ao
1062 administrativo e solicita que o nome dele seja adicionado à comissão. **O**
1063 **conselheiro Roberto Sá** se oferece para se integrar à comissão, destacando que
1064 representa o poder legislativo e pode ajudar com todas as demandas legislativas.
1065 Ele menciona que está à disposição para encaminhar e apoiar o que for
1066 necessário. Roberto também levanta uma questão sobre a proposta do Sinésio.
1067 Ele afirma que não recebeu informações do conselho sobre uma provocação para
1068 que o Sinésio promovesse uma reunião sobre cultura. Por isso, ele solicita ser
1069 comunicado sobre tais questões para poder se atualizar e contribuir
1070 adequadamente. **O PRESIDENTE** solicitou que o nome de Beto seja incluído na
1071 errata da portaria da comissão e pergunta se há mais alguém interessado em
1072 participar. Ele sugere que a primeira reunião da comissão seja marcada para o dia



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1073 19 de setembro, uma quinta-feira, das 10h às 12h. Ele ressalta que a reunião não
1074 precisa contar apenas com os membros atuais e sugere estimular a participação
1075 de outros conselheiros, especialmente aqueles que ainda não estão alocados em
1076 algum dos eixos, como o eixo 3, que está sem representantes. Enfatizou que,
1077 quanto mais conselheiros participarem, mais eficaz será o trabalho. Ele explica
1078 que o objetivo é selecionar o que está fora de eixo e, posteriormente, trabalhar na
1079 redação e revisão dos textos. Para otimizar o trabalho, recomenda que o grupo
1080 não seja muito grande, idealmente de 3 a 4 pessoas por reunião, para manter a
1081 eficiência. **O conselheiro Menciús Melo** cumprimenta a todos e explica que
1082 estava acompanhando a reunião online enquanto também apresentava um
1083 programa na Rádio Difusora, onde ele e seus colegas, Beto, Cid Soares e Andréa
1084 Campos, promovem artistas locais. Ele menciona que a programação inclui um
1085 evento na "quinta das humildes na balsa amarela" e diz que precisará se retirar
1086 da reunião para ir à Manaus CUT pegar as credenciais para um evento no palco
1087 urbano. Menciús convidou todos para o show de bandas na Tribal, enfatizando
1088 que todos estão convidados para participar do evento. fez um comentário para
1089 registrar que a pressão exercida no fórum setorial de música resultou na inclusão
1090 de vários artistas no Line Up da prefeitura. Ele observa que, sem essa intervenção,
1091 esses artistas poderiam estar recebendo remunerações muito mais baixas, como
1092 2.500 ou 5.000 reais, no máximo. Observou que, atualmente, as atrações
1093 nacionais recebem cachês que variam de 200.000 a 900.000 reais, citando o
1094 exemplo do cachê de Wesley, que custa 900.000 reais. Ele ressalta que isso está
1095 sendo contestado e que a mobilização da organização dos músicos e artistas está
1096 em andamento. expressou otimismo de que, no próximo ano, a situação mudará
1097 para melhor, com um novo enfoque e melhorias no processo. Parte superior do
1098 formulário **O conselheiro Ludimar Kokama** faz uma sugestão para a comissão,
1099 propondo que se baseiem nos documentos que já deram diretrizes ao Conselho
1100 Municipal de Cultura, apesar de serem esferas diferentes. Ele destaca que,
1101 embora o contexto seja distinto, ter um direcionamento claro pode ajudar na
1102 construção das novas leis e documentos necessários. Menciona que o processo
1103 de elaboração de uma lei, como a de criação do conselho, não precisa ser longo
1104 e que, ao menos a primeira lei, pode ser resolvida em uma única reunião. Ele
1105 sugere que, para projetos de lei, o processo deve seguir os ritos e procedimentos
1106 legais apropriados, sendo posteriormente apresentado e aprovado em plenário.
1107 **Symone Farias** faz um convite para que os conselheiros participem das reuniões
1108 dos eixos que ocorrerão no dia 10. Ela pediu que todos verifiquem o calendário
1109 disponível em todos os grupos, tanto para titulares quanto para suplentes. Ela
1110 destacou a necessidade de chamar mais pessoas para o eixo liderado por Paulo
1111 Holanda, que atualmente está sozinho. sugeriu a possibilidade de combinar as
1112 reuniões dos eixos no mesmo dia: trabalhar no eixo um pela manhã e, à tarde, no
1113 eixo de Paulo Holanda. Isso permitirá aproveitar a presença de todos e otimizar o
1114 tempo. Ela lembrou que o calendário das reuniões ordinárias está disponível na
1115 página do Conec e que o link já foi enviado a todos os grupos desde a aprovação

1116 do calendário. **O PRESIDENTE** passou para a pauta 9, que trata do código de
1117 ética. Ele menciona que o código já foi enviado a todos os membros e que não
1118 foram recebidas sugestões até o momento. Assim, é necessário estabelecer um
1119 prazo para que as sugestões sejam feitas e para que o código de ética possa ser
1120 ajustado de acordo. O presidente levanta a questão sobre a real necessidade de
1121 um código de ética, observando que nenhum outro conselho possui um. No
1122 entanto, reconhece que, se é uma necessidade e foi solicitado, é importante definir
1123 um prazo para coletar as sugestões e realizar o trabalho de ouvir todos os
1124 conselheiros sobre o tema. Ele enfatiza que a discussão e análise do código
1125 devem ser aprofundadas. **Anne Paiva** esclarece que, como conselheiros, eles são
1126 equiparados a servidores públicos e, portanto, estão sujeitos a procedimentos
1127 previstos pela legislação do estado. Embora o termo "funcionário público" não seja
1128 mais utilizado, as funções desempenhadas pelos conselheiros são tratadas com
1129 a mesma seriedade e exigência. Ela destaca que, apesar de poucos conselhos
1130 de cultura no Brasil terem um código de ética e que a maioria dos conselhos não
1131 recebe jeton, é importante considerar que as ações dos conselheiros são
1132 equivalentes às de funcionários públicos durante o exercício de suas funções.
1133 Portanto, a implementação e análise do código de ética são relevantes para
1134 assegurar a conformidade com os procedimentos legais e éticos exigidos. reforça
1135 que, assim como é necessário para eles terem um regramento que rege suas
1136 ações e possibilita que sejam cobrados em caso de falta, o mesmo se aplica aos
1137 conselheiros. Ela destaca que a necessidade de um código de ética é
1138 particularmente importante no momento, já que há processos em trâmite
1139 relacionados a questões do conselho. Atualmente, estão utilizando outra
1140 legislação como base para as manifestações, o que evidencia a necessidade de
1141 um código de ética específico para orientar e regular as ações dos conselheiros.
1142 explica que um código de ética específico para o conselho proporcionará diretrizes
1143 claras para as ações e decisões dos conselheiros. Esse código ajudará a proteger
1144 as manifestações individuais e as deliberações do conselho, diferentemente do
1145 que ocorre ao se utilizar o estatuto do servidor público estadual, que é mais rígido
1146 e não se ajusta perfeitamente ao papel deliberativo dos conselheiros. Ela ressalta
1147 que, embora o servidor público não tenha o mesmo nível de poder de decisão que
1148 um conselheiro, o código de ética permitirá uma análise e julgamento mais
1149 apropriados e específicos para as funções dos conselheiros. Isso garantirá que as
1150 ações do conselho sejam reguladas de acordo com suas próprias diretrizes, em
1151 vez de aplicar regras mais gerais e rigorosas do estatuto do servidor público como
1152 está acontecendo agora. **O conselheiro Dudson Carvalho** mencionou que o
1153 conselheiro Ludimar Kokama comentou sobre a necessidade de realizar uma
1154 ação até o norte através do Conselho Municipal. O que acontece, a situação pode
1155 ser resolvida por meio de uma alteração na legislação, permitindo que isso seja
1156 integrado ao nosso regimento interno e código de ética. O conselheiro destacou
1157 que o entendimento jurídico apresentado pela assessora considera-os como se
1158 fossem funcionários sujeitos a um código de ética dessa natureza. Ele mencionou

1159 que sua opinião só será emitida após a devida revisão da legislação e a aprovação
1160 das alterações necessárias. Somente então, se a legislação vigente demonstrar a
1161 necessidade de um código de ética, ele estará disposto a considerar essa
1162 questão. O conselheiro afirmou que também participará das discussões sobre a
1163 legislação e, se na comissão for identificada a necessidade de um código de ética,
1164 ele se dedicará a esse assunto. Ele mencionou que está falando por si mesmo e
1165 pelo segmento que representa, ressaltando a importância de tratar a questão com
1166 o devido respeito. Destacou que todos foram eleitos para representar suas
1167 respectivas classes e continuará lutando por melhorias para seus sucessores.
1168 Enfatizou que a responsabilidade de discutir a pauta é significativa e merece um
1169 pagamento justo, uma vez que o valor recebido, como os R\$3.000 no município,
1170 não é suficiente para cobrir todas as despesas, como gasolina e alimentação.
1171 Concluiu que, após a alteração da legislação e o devido respeito aos segmentos,
1172 ele estará disposto a tratar do código de ética. **A conselheira Jordania Galdino**
1173 informou que representa o estado do Amazonas no Conecta. O Conecta opera de
1174 forma similar aos conselhos e, atualmente, está em processo de estruturação. O
1175 conselho realiza reuniões mensais para discutir e organizar suas atividades.
1176 explicou que repassa essas informações aos conselheiros, destacando que o
1177 Conecta possui um regimento e está em busca de formalização. O objetivo é
1178 organizar a sociedade civil e os conselhos no Brasil. Em uma reunião com a
1179 presidente do Conecta, foi mencionado que nenhum conselho possui um código
1180 de ética, e a presidente expressou surpresa quanto a essa ausência. Relatou que,
1181 durante as reuniões, frequentemente se solicita um código de ética para lidar com
1182 questões relacionadas aos funcionários e a legislação. Ela observou que, em
1183 algumas reuniões, os conselheiros podem ser tratados de forma desrespeitosa
1184 por outros colegas e segmentos. Apesar disso, afirmou que tais situações não a
1185 afetam pessoalmente. Também fez uma crítica ao conselheiro Pedro Cacheado,
1186 considera sua postura desrespeitosa, especialmente em relação aos conselheiros
1187 que ocupam a cadeira do audiovisual, embora o destreamento ocorrido em
1188 algumas situações não a afete pessoalmente, ela concorda com a fala do
1189 conselheiro Dudson Carvalho. Para ela, a implementação de um código de ética
1190 deve ser considerada apenas se houver real necessidade, e isso deve ocorrer
1191 depois que todas as questões legislativas, como mencionado pelo conselheiro
1192 Dudson, forem resolvidas. Ela ressaltou que tanto o presidente do Conecta quanto
1193 os conselheiros que representam cada estado na rede compartilham desse
1194 entendimento. A conselheira explicou que o último conselheiro a se integrar foi o
1195 representante do Pará, completando assim a formação do Conecta. Agora, a
1196 prioridade é começar a trabalhar efetivamente na rede. Ela destacou que não há
1197 um código de ética em nenhum estado e enfatizou que há muito trabalho pela
1198 frente para organizar e estruturar o sistema. O Conecta está focado em suas
1199 pautas e na maneira como cada um está enfrentando os desafios e interagindo
1200 com os gestores. Também mencionou que o presidente Marcos Apollo,
1201 representante do Conecta, promoveu uma eleição interna para escolher um

1202 representante, papel que ela ocupa. Todas as ações são conduzidas conforme as
1203 diretrizes estabelecidas, e ela reiterou que, atualmente, não existe um código de
1204 ética em nenhum estado. **O conselheiro André Durand** expressou sua
1205 concordância com a fala do conselheiro Dudson, considerando-a perfeita. Ele
1206 relatou que, após um desentendimento com uma pessoa, acabou enfrentando um
1207 processo e teve que contratar assessoria jurídica para sua defesa. Acho estranha
1208 a falta de suporte em situações de ataque, e observou que, quando se aborda
1209 questões legais, como a inclusão de aspectos no fundo que deveriam constar na
1210 lei delegada, isso pode ser uma prioridade. Além disso, Durand mencionou uma
1211 recente atualização de dados cadastrais na Secretaria Estadual de Administração
1212 (SEAD), durante a qual ele questionou a possibilidade de ter direito a férias, dado
1213 que não é funcionário público, mas enfrenta a carga de trabalho intensa.
1214 Questionou a razão de atualizar o cadastro, uma vez que não são funcionários
1215 públicos, e expressou a dificuldade de obter um dia de descanso. Ele destacou
1216 que, mesmo trabalhando até altas horas da madrugada em colaboração, não
1217 recebe nenhuma compensação adicional para alimentação ou transporte, uma
1218 vez que o valor de 450 reais não cobre esses custos. Durand também mencionou
1219 a questão da logística e da qualidade da água em regiões interiores, que difere da
1220 água consumida em outras áreas. Ele elogiou as colocações dos conselheiros
1221 Jordania e Dudson e enfatizou a necessidade de um assessoramento jurídico
1222 adequado para a sociedade civil. Durand levantou a questão sobre o amparo da
1223 Procuradoria Geral do Estado e sugeriu que Jordania reúna o Conecta para
1224 discutir, em nível nacional, a razão do interesse específico pelo código de ética no
1225 Amazonas. Ele concluiu ressaltando a importância do conselho para o fomento da
1226 cultura no estado, destacando que, sem o trabalho do colegiado, os 62 municípios
1227 não teriam acesso às informações culturais provenientes de Manaus e de outros
1228 povos. **O conselheiro Roberto Sá** abordou a questão do código de ética,
1229 destacando sua importância com base em sua experiência como músico
1230 profissional. Ele mencionou que o Conselho Regional dos Músicos do Amazonas
1231 possui um código de ética e explicou que a existência desse código é crucial para
1232 garantir que os profissionais não se julguem donos da verdade, mas sim estejam
1233 sujeitos a leis e normas. Enfatizou que a criação de um código de ética no
1234 conselho em questão seria importante para fornecer o respaldo jurídico
1235 necessário, como foi discutido anteriormente. Ele observou que a ausência de um
1236 código de ética pode deixar um conselheiro sem suporte jurídico, como ocorreu
1237 com um colega que precisou contratar advogados. Um código de ética, conforme
1238 definido pela lei, oferece uma estrutura que estabelece normas e procedimentos,
1239 garantindo um respaldo jurídico e fortalecendo a atuação do conselho. **O**
1240 **conselheiro Vanderley Pinheiro** questionou sobre a prioridade entre a
1241 regulamentação da lei do fundo e a implementação de um código de ética,
1242 perguntando aos colegas qual deles deve ser considerado mais importante
1243 inicialmente. Ele sugeriu que, antes de abordar o código de ética, todas as
1244 questões relacionadas à regulamentação da lei do fundo devem ser resolvidas.

1245 Só depois de tratar dessas questões prioritárias, o grupo deveria se concentrar na
1246 elaboração e implementação do código de ética, visando o bem de toda a nação.
1247 **O PRESIDENTE** informou que uma minuta foi encaminhada no dia 4/06 e
1248 destacou a importância de que todos façam os apontamentos necessários,
1249 independentemente de quando o documento for colocado em plenário para
1250 votação. Ele sugeriu a definição de uma data para revisar e fazer sugestões ao
1251 documento, como, por exemplo, o dia 31 de setembro, para evitar que o código
1252 de ética seja formalizado sem a oportunidade de contribuição. Enfatizou que é
1253 preferível enviar sugestões agora do que permitir que o código de ética seja
1254 votado sem a nossa participação. Ressaltou que não se trata de uma questão de
1255 imposição, mas sim de garantir que todos tenham a oportunidade de opinar. Ele
1256 mencionou que leu o documento e que é a favor do código de ética, incluindo a
1257 possibilidade de envolver membros da classe. Compartilhou que está sendo
1258 difamado dentro de sua classe e que muitos enfrentam situações semelhantes,
1259 com um ambiente de competição e hostilidade. O presidente acredita que o código
1260 de ética pode ser útil tanto para os servidores quanto para a classe em geral, e
1261 que é possível fazer sugestões para melhorar o documento. **Anne Paiva** explicou
1262 que, atualmente, os conselheiros estão sendo equiparados ao estatuto do servidor
1263 público no que diz respeito à avaliação dos processos que ocorrem contra eles. **O**
1264 **PRESIDENTE** afirmou que, na ausência de um código de ética, os conselheiros
1265 estão sendo equiparados ao estatuto do servidor público, mesmo sem receber
1266 salário ou benefícios. Ele explicou que, embora não se corra o risco de prisão por
1267 ofender um colega como o secretário Apolo, existe uma lei que prevê penalidades
1268 severas para o desacato a funcionários públicos no exercício de suas funções, o
1269 que pode resultar em prisão. Concluiu enfatizando a necessidade de abordar o
1270 assunto com menos paixão e mais objetividade. **O conselheiro André Durand**
1271 relatou que o conselheiro Elson Rocha quase foi agredido pelo presidente em
1272 exercício, e ninguém tomou providências. Não houve denúncia formal e nem foi
1273 aberto um inquérito administrativo, e o incidente acabou sem qualquer
1274 consequência. **O PRESIDENTE** explicou que a razão para colocar o código de
1275 ética em pauta é justamente para evitar situações como a mencionada, que
1276 poderiam levar a problemas graves. Ele enfatizou que a intenção é prevenir
1277 incidentes e garantir um ambiente equilibrado e ordenado. Ressaltou que o código
1278 de ética é uma medida para assegurar que tais situações não ocorram e que o
1279 objetivo é manter a equidade e a ordem. **O conselheiro André Durand** destacou
1280 a importância de se buscar um equilíbrio que leve em conta também a sociedade
1281 civil, não se limitando apenas às diretrizes do regimento ou do código de ética que
1282 poderiam favorecer apenas o poder público. Ele reiterou a necessidade de garantir
1283 que a sociedade civil tenha acesso a uma assessoria jurídica adequada, para que
1284 suas necessidades e direitos também sejam protegidos. Durand pediu ao
1285 presidente que considere essa perspectiva ao lidar com a situação. **O**
1286 **PRESIDENTE** afirmou que é exatamente isso que está sendo proposto: garantir
1287 que todos possam contribuir com seus pontos de vista na elaboração do código

1288 de ética. Ele destacou a importância de realizar esse trabalho,
1289 independentemente de o código ser aprovado ou não, e sublinhou que é crucial
1290 fazer sugestões e buscar um equilíbrio adequado. **O PRESIDENTE** expressou
1291 que está ocorrendo uma imposição por parte do conselheiro Dudson Carvalho.
1292 Ele ressaltou que, desde que o item está na pauta, está sendo seguido o que o
1293 regimento interno preconiza. O objetivo é definir uma data limite para receber
1294 sugestões, e que a decisão final sobre isso deve ser tomada pela plenária, não
1295 individualmente por qualquer membro. Ele pediu que todos respeitassem a fala e
1296 a organização da mesa diretora, solicitando que não se falasse enquanto outros
1297 estivessem falando e que os conselheiros solicitassem a palavra para se
1298 expressar na sua vez. Isso ajudará a manter a reunião mais organizada. **O**
1299 **conselheiro Wellisson Batista** afirmou que é necessário implementar um código
1300 de ética. Ele ressaltou que o código de ética deve ser construído por todos os
1301 membros do conselho e que cada um terá a oportunidade de votar e decidir o que
1302 considerar pertinente. Batista observou que todos os conselheiros já enfrentaram
1303 situações difíceis ou constrangedoras, e destacou que o código de ética servirá
1304 para proporcionar respaldo e proteção, além de garantir um tratamento mais
1305 atento e respeitoso entre os membros. **A conselheira Jordania Galdino**
1306 respondeu ao mestre Camaleão, afirmando que o que ele mencionou não se
1307 aplica ao contexto atual. Ela reiterou o que Dudson havia dito sobre o esforço
1308 necessário para ajustar a legislação e fazer as coisas funcionarem corretamente.
1309 Destacou que, de acordo com o Conecta, não há código de ética em nenhum
1310 conselho dos estados do Brasil, e que, por isso, a implementação de um código
1311 de ética não é viável no momento. Ela explicou que ainda há muitos ajustes
1312 legislativos a serem feitos e que o conselho está começando a trabalhar a partir
1313 de uma base que precisa ser estruturada. Acrescentou que, na sua experiência
1314 pessoal, nunca foi ameaçada nem enfrentou problemas relacionados a essas
1315 questões, e que, apesar de problemas iniciais com o pessoal da cadeira do
1316 audiovisual, atualmente todos se respeitam. Por isso, para ela, a discussão sobre
1317 o código de ética não é uma prioridade agora. **O conselheiro Wellisson Batista**
1318 expressou a necessidade de um código de ética para manter a ordem e o respeito
1319 durante as discussões. Ele ressaltou que tem o direito de se expressar, assim
1320 como todos os outros conselheiros, e destacou que nunca interrompeu a fala de
1321 ninguém. Batista afirmou que considera desrespeitoso quando alguém tenta falar
1322 enquanto outro ainda está se expressando, e pediu que todos esperem o seu
1323 momento para falar. Ele enfatizou que a falta de respeito e a desorganização
1324 durante as discussões estão atrasando o progresso e que um código de ética
1325 ajudaria a evitar esses problemas. Batista reiterou que, independentemente de
1326 concordarem ou não com sua opinião sobre o código de ética, a importância de
1327 manter a ordem e o respeito nas reuniões é fundamental. **O conselheiro Elson**
1328 **Rocha** concordou com o que foi dito pelo mestre Camaleão, argumentando que é
1329 essencial estabelecer as regras do jogo agora, para que a construção do código
1330 de ética seja feita com a participação de todos. Ele destacou que o conselho deve

1331 abrir prazos tanto para o poder público quanto para a sociedade civil, e não deve
1332 apressar o processo por medo. Rocha enfatizou que a participação ativa é
1333 importante para evitar futuros descontentamentos com o código de ética. Ele
1334 relatou que, recentemente, tem enfrentado problemas, como a invasão de sua
1335 cadeira por pessoas eleitas para outras posições e o compartilhamento de
1336 postagens privadas do grupo de conselheiros. Para ele, é crucial ter um código de
1337 ética que defina claramente os comportamentos esperados e as regras de
1338 conduta, para que todos saibam seu lugar e as normas sejam respeitadas. Rocha
1339 fez um apelo para que o conselho defina essas regras agora, em vez de deixar
1340 que outras pessoas as definam por eles, e destacou que é importante ter uma
1341 ética bem definida e um alinhamento claro dentro do conselho. **O PRESIDENTE**
1342 anunciou o encerramento da ordem do dia e abriu a sessão para os **ASSUNTOS**
1343 **GERAIS**. Ele convidou o plenário e os presentes a se manifestarem sobre temas
1344 e assuntos de caráter deliberativo, lembrando que cada pessoa terá até um minuto
1345 para se pronunciar. **O conselheiro Paulo Holanda**, de forma breve, destacou a
1346 necessidade de incluir a Universidade Federal do Amazonas no conselho,
1347 sugerindo a criação de uma cadeira para essa instituição. Ele apontou que,
1348 embora já haja uma representação da Universidade do Estado, a inclusão da
1349 Universidade Federal, que tem um compromisso significativo com as artes visuais
1350 e a música, seria uma demanda importante da sociedade civil. Holanda pediu que
1351 essa proposta seja considerada na reestruturação e alteração do estatuto do
1352 conselho. **O PRESIDENTE** solicitou que a proposta para incluir a Universidade
1353 Federal do Amazonas no conselho seja formalizada por meio de um procedimento
1354 oficial. Ele pediu que seja enviado um e-mail para conec@cultura.am.gov.br, para
1355 que a solicitação possa ser registrada. Explicou que, para abrir uma nova cadeira
1356 para o poder público, também seria necessário abrir uma para a sociedade civil,
1357 o que impactaria o orçamento da Secretaria e exigiria um provisionamento
1358 legislativo. Como o conselho está revisando outras questões, como o
1359 desmembramento de Carnaval e folclore, ele pediu que o e-mail seja enviado para
1360 iniciar o processo de consideração da proposta. **O conselheiro Vanderley**
1361 **Pinheiro** informou que participará no segmento do circo no evento organizado
1362 pela Prefeitura de Manaus. Ele mencionou que a participação envolverá 30
1363 artistas circenses e ocorrerá nos dias 6 e 7. O conselheiro Elson Rocha fez um
1364 registro sobre a realização dos festivais que já ocorreram em 17 cidades. Ele
1365 mencionou que teve a oportunidade de representar a cadeira do folclore nesses
1366 eventos. Além disso, ele destacou que, neste final de semana, ocorrerá o
1367 concurso estadual de quadrilha junina, que será realizado na Reino Unido, em
1368 parceria com a escola de samba. O evento contará com a presença de 22
1369 quadrilhas representando 7 cidades de calha de regiões diferentes. Ressaltou que
1370 o conselheiro de folclore e Carnaval está ativo e envolvido nos eventos. **O**
1371 **conselheiro Wellisson Batista** fez um convite para todos os presentes sobre o
1372 Encontro Intermunicipal de Capoeira que ocorrerá a partir do final de semana. Ele
1373 destacou que representantes de 20 municípios estarão vindo a Manaus para o

1374 evento. O encontro começará amanhã, às 17h, no Largo São Sebastião, com uma
1375 roda infantil que contará com aproximadamente 150 crianças. O encerramento do
1376 evento será no domingo, na área atrás da Igreja da Matriz, com a Roda da Frente
1377 Unidas da Capoeira. Wellisson convidou todos a participar e interagir com os
1378 representantes dos municípios presentes. **O conselheiro André Durand** trouxe à
1379 tona a questão de insatisfação por parte dos profissionais de dança do estado em
1380 relação ao Fundo de Apoio às Artes (FAAD). Segundo ele, um documento foi
1381 protocolado na Secretaria competente, mas até o momento não houve uma
1382 resposta. Durand também relatou ter feito uma denúncia ao Ministério Público
1383 sobre a curadoria do FAAD, alegando que alguns membros da comissão de
1384 curadoria eram também proponentes e receberam recursos, o que não estava
1385 previsto no edital. Ele sugeriu um bate-papo com o presidente Marcos Apolo para
1386 discutir a situação e encontrar formas de melhorar a gestão dos recursos públicos
1387 destinados às artes no Amazonas. Durand se colocou à disposição para essa
1388 conversa e enfatizou a importância de esclarecer as questões e resolver as
1389 interferências que possam ter ocorrido. **O conselheiro Paulo Holanda** fez um
1390 convite para o Seminário de Artes Visuais do Estado do Amazonas, que ocorrerá
1391 nos dias 10 e 11 de outubro. Ele destacou que o evento contará com uma
1392 programação extensa ao longo dos dois dias. Holanda também incentivou os
1393 conselheiros a entrarem em contato com ele ou com Cristóvão Coutinho caso
1394 desejem participar com alguma intervenção ou atividade durante o seminário. Ele
1395 enfatizou que o seminário se chamará Amazonas Artes Visuais 2024 e abordará
1396 diversas naturezas de artes visuais. **A conselheira Jordania Galdino** trouxe uma
1397 perspectiva importante ao discutir a necessidade e o propósito do código de ética.
1398 Ela explicou que um código de ética é um conjunto de normas que define direitos
1399 e deveres de um grupo profissional, e que essas normas já estão previstas no
1400 regimento atual do conselho. Ela compartilhou sua experiência pessoal
1401 trabalhando na Câmara Municipal de Manaus, onde observa que, mesmo diante
1402 de desafios e críticas, há um sistema de suporte jurídico para lidar com questões
1403 legais e administrativas. Jordania argumenta que o que se está buscando em
1404 termos de um código de ética pode já estar coberto pelo regimento atual e que é
1405 crucial entender o que realmente se pretende alcançar com a implementação de
1406 um código de ética. Ela sugeriu que, após uma compreensão mais clara e a
1407 aprovação, o código de ética possa ser ajustado conforme as necessidades
1408 específicas do conselho. **O conselheiro Ludimar Kokama** levantou um ponto
1409 relevante sobre a participação nas reuniões do conselho. Ele expressou sua
1410 preocupação com o formato híbrido das reuniões, sugerindo que todos os
1411 conselheiros que residem em Manaus participem presencialmente das reuniões
1412 ordinárias, Ludimar acredita que a participação online deve ser permitida apenas
1413 para aqueles que estão fora da cidade por motivos de viagem ou para a
1414 conselheira Lucimar, que reside no interior. Ele argumenta que permitir a
1415 participação online para todos pode ser injusto para os conselheiros presentes
1416 fisicamente, especialmente em reuniões ordinárias, que ele considera serem

1417 obrigatórias. solicitou que essa proposta seja registrada em ata como uma pauta
1418 para discussão e possivelmente ser formalizada, garantindo que os conselheiros
1419 que residem em Manaus estejam presentes nas reuniões presenciais. **O**
1420 **PRESIDENTE:** Assim, sem mais manifestações ou assuntos para tratar em
1421 plenário, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 31ª Sessão
1422 Plenária Ordinária. Solicitou que seja providenciada a ata da sessão e que a
1423 minuta seja encaminhada aos membros para leitura. A ata será aprovada no
1424 expediente das próximas reuniões e, posteriormente, encaminhada para
1425 arquivamento na Secretaria Geral do CONEC, visando o registro nos arquivos do
1426 Conselho.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO
Presidente da 31ª Sessão Plenária Ordinária

LUDIMAR NUNES GONÇALVES
Secretário Geral da 31ª Sessão Plenária
Ordinária

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
2. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
3. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
4. Roberto Sá Gomes – Titular representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Aleam;
5. Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da cadeira de Música;

DE FORMA REMOTA:

6. Elson da Silva Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
7. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
8. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança
9. Wellisson Brito Batista – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente
10. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto - Seduc;
11. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – Sefaz;

CONVIDADOS:

12. Dean Moraes Vieira;
13. Lydia Lucia Nunes de Sousa – Suplente da cadeira de Cultura Afrodescendente;
14. Marly Nascimento Nogueira Rodrigues – Suplente da cadeira de Folclore e Carnaval;
15. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;

16. Jady Batista de Castro – Suplente da cadeira de Dança;

AUSENTES:

17. Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – Sejus;
18. Sérgio Monteiro – Titular em exercício representante da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas – Fepiam;
19. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – Afeam;
20. Lena Emmanuelle Moreira Pampolha – Titular em exercício representante da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – Amazonastur;
21. Getúlio Henrique Rocha de Lima – Titular em exercício representante da Universidade do Estado do Amazonas – Uea;
22. Maick José Soares Tavares – Titular representante das Secretarias Municipais de Cultura do Estado do Amazonas;
23. Érica dos Santos Nascimento – Titular representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus;

ELABORAÇÃO DA ATA:

24. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

25. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
26. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

EQUIPE JURÍDICO ADMINISTRATIVO CONEC:

27. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa Equipe CONEC;
28. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico Equipe CONEC;
29. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

30. Eduardo Farias de Souza – Estagiário de T.I. Equipe CONEC